



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE – FACES
CURSO DE PSICOLOGIA

Autora: Rebeca Bastos da Costa

Orientadora: Dra. Flávia Timm

**VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A
TRANSGERACIONALIDADE**

BRASÍLIA - DF

2024

REBECA BASTOS DA COSTA

**VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A
TRANSGERACIONALIDADE**

Projeto de monografia para obtenção do título
de Graduação em Psicologia apresentado ao
Centro Universitário de Brasília - CEUB.

Orientadora: Prof. Dra. Flávia Timm

BRASÍLIA - DF

2024

Aos meus pais, meu eterno agradecimento por todo o amor, apoio incondicional e confiança que sempre depositaram em mim. Sem a força e o incentivo de vocês, não teria chegado até aqui. A dedicação de vocês foi fundamental para minha trajetória e para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão aos meus pais, Renato e Joelice, que sempre estiveram ao meu lado durante toda a minha jornada acadêmica. Agradeço especialmente à minha mãe, Joelice, que me incentivou incansavelmente a concluir este desafio, mesmo nos momentos mais difíceis, quando eu pensava em desistir. Sua força, apoio e dedicação foram essenciais para que eu seguisse em frente.

Ao meu marido, Fabricio, sou imensamente grata por todo o apoio, especialmente neste último ano, quando ele cuidou de toda a parte financeira, permitindo que eu me concentrasse exclusivamente nos estudos. Sua compreensão e paciência, além de seu imenso amor, foram fundamentais para que eu pudesse dar o meu melhor nesse processo.

Agradeço também à minha orientadora, Dra. Flávia Timm, pela orientação, dedicação e paciência durante a realização deste trabalho. Suas sugestões e correções enriqueceram imensamente o desenvolvimento deste projeto e me ajudaram a amadurecer academicamente, contribuindo de maneira significativa para a realização desta monografia.

Manifesto também minha profunda gratidão às colegas, Patricia, Renata, Anna Luiza e outras tão queridas, que compartilharam comigo esta jornada acadêmica. Foram anos de desafios, aprendizados e crescimento, nos quais tive a honra de contar com a colaboração, a amizade e o apoio de pessoas tão dedicadas e inspiradoras. Os momentos de trocas de conhecimento, as risadas em meio ao cansaço e o incentivo mútuo foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Obrigada por terem tornado essa caminhada mais leve, mais rica e inesquecível. Levarei comigo não apenas as lições acadêmicas, mas também os valores e as memórias construídas ao lado de cada um de vocês.

Por último mas não menos importante, deixo aqui meus sinceros agradecimentos à participante Flor, que compartilhou e confiou em mim para contar sua história e trajetória, sem seu relato não seria possível a realização deste trabalho.

A todos, meu muito obrigada.

"A violência contra a mulher é um ciclo que se perpetua, muitas vezes de maneira silenciosa, atravessando gerações e moldando as relações familiares e sociais. A quebra desse ciclo só será possível quando entendermos que a mudança começa na conscientização e no reconhecimento da dor que se transmite ao longo do tempo."

— Judith Herman, "Trauma e Recuperação"

RESUMO

Esta pesquisa abordou a violência doméstica sob a perspectiva transgeracional, com o objetivo de analisar como os padrões de violência se perpetuam ao longo das gerações em famílias, afetando a vida das mulheres e suas relações familiares. Utilizou-se o genograma familiar como ferramenta para mapear e compreender a dinâmica familiar e as relações de abuso. A pesquisa qualitativa, por meio de um estudo de caso, envolveu uma entrevista semiestruturada e a construção do genograma junto à participante, permitindo a análise dos padrões familiares de violência e suas repercussões. A análise dos dados revelou que a violência doméstica é um ciclo transgeracional, com forte influência de traumas passados na construção de relações futuras. No entanto, a pesquisa também indicou que é possível romper esse ciclo por meio da conscientização dos padrões familiares, do apoio psicológico e da criação de novas formas de convivência familiar. Conclui-se que, embora difícil, a ruptura do ciclo de violência depende de um esforço conjunto entre as mulheres, a sociedade e as políticas públicas para promover ambientes familiares mais saudáveis e seguros.

PALAVRAS-CHAVES: Violência doméstica, Genograma, Teoria sistêmica.

ABSTRACT

This research explores domestic violence from a transgenerational perspective, aiming to analyze how patterns of violence are perpetuated across generations within families, affecting women's lives and their familial relationships. The study employed a qualitative approach, using a case study methodology, and incorporated a semi-structured interview and the construction of a family genogram as tools to map and understand the family dynamics and abusive relationships. Data analysis revealed that domestic violence is a transgenerational cycle, with past traumas significantly influencing the development of future relationships. However, the research also highlighted that it is possible to break this cycle through the awareness of family patterns, psychological support, and the establishment of new ways of familial interaction. The study concludes that, although challenging, breaking the cycle of violence relies on a collective effort from women, society, and public policies to promote healthier and safer family environments.

KEYWORDS: Domestic violence, Genogram, Sistematic Theory.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. OBJETIVOS	11
2.1 Objetivo Geral	11
2.2 Objetivos Específicos	11
3. REVISÃO DE LITERATURA	12
3.1 Impactos da violência doméstica na vida das mulheres	12
3.1.2 Abordagem Feminista e Análises de Gênero	14
3.2 Teoria sistêmica: um olhar de acordo com Salvador Minuchin	15
3.2.1 Teoria sistêmica feminista	17
3.3 Transgeracionalidade da Violência Doméstica	19
3.4 Interação entre Estressores Desenvolvimentais e Situacionais no Ciclo Vital Familiar	21
4. MÉTODO	24
4.1 Participantes, Local e Amostra	25
4.2 Instrumentos	25
4.3 Procedimentos de Coleta de Dados	26
4.4 Procedimento de Análise de Dados	26
5. GENOGRAMA	26
5.1 História de Flor	27
5.2 Estrutura Familiar e Símbolos Básicos	29
5.3 Agressões Físicas e Verbais	29
5.4 Relações Abusivas	30
5.5 Relações Distantes e Não Convivência	30
5.6 Relações com Filhos e Adoção	30
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
6.1 Família	32
6.2 Violência	34
6.3 Ruptura	42
6.4 Análise das Relações presentes no Genograma	43
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
8. REFERÊNCIAS	49
ANEXOS I - Formulário entrevista semiestruturada	51

1. INTRODUÇÃO

A transgeracionalidade da violência doméstica emerge como um fenômeno complexo e persistente, que atravessa as fronteiras temporais e impacta profundamente as estruturas familiares e sociais. Neste contexto, a violência não se limita apenas aos eventos isolados, mas tende a se enraizar nas dinâmicas familiares, transmitindo-se de uma geração para outra. Este ciclo vicioso não só perpetua o sofrimento individual, mas também alimenta um padrão de comportamento nocivo que desafia as tentativas de intervenção (Silva et al., 2015).

Neste contexto, esta forma de violência muitas vezes perpetua-se ao longo de gerações, transmitindo-se de pais para filhos e perpetuando um ciclo prejudicial. Quando uma criança cresce em um ambiente onde a violência é tolerada ou mesmo considerada normal, ela corre o risco de reproduzir esse padrão em sua vida adulta, seja como vítima ou perpetrador. Esse fenômeno destaca a necessidade urgente de intervenções que não apenas abordam os casos individuais, mas também desarticulam as estruturas sociais e culturais que sustentam a violência doméstica, promovendo uma mudança de mentalidade e comportamento ao longo das gerações (Santana et al., 2020)

Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), o Brasil registrou 889.485 (oitocentos e oitenta e nove mil quatrocentos e oitenta e cinco) chamadas para o 190 relacionadas à violência doméstica, representando cerca de 2% do total de ligações. Além disso, os feminicídios aumentaram em 6,1% em 2022, enquanto as agressões no contexto doméstico cresceram 2,9%. Esse cenário complexo levanta várias hipóteses para o aumento desses índices, incluindo a falta de recursos em políticas de proteção à mulher durante a gestão do governo de Jair Bolsonaro, os impactos da pandemia de Covid-19 nos serviços de acolhimento e o aumento de crimes de ódio por parte de movimentos ultraconservadores brasileiros.

Destarte, a violência doméstica, caracteriza-se por atos de natureza física, verbal ou psicológica que causam danos à vítima, abrange uma gama de comportamentos, desde ameaças e coerção até agressões físicas como socos e empurrões. Reconhecida como um fenômeno complexo e multideterminado, a violência doméstica e familiar contra mulheres afeta milhares em todo o mundo. A Lei Maria da Penha (Lei 11.340), promulgada em 2006, define essa forma de violência como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause danos físicos, sexuais, psicológicos, morais ou patrimoniais à mulher. Diversas formas de violência podem se manifestar, incluindo a física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Autores como Santana, Fernandez e Ramos (2020) destacam que a violência contra a mulher, além de suas consequências diretas, também tem impactos significativos no âmbito social, violando direitos humanos e causando desordem nas esferas física, emocional e social das vítimas. Fatores como históricos familiares de agressão, uso de álcool pelo agressor, desemprego, condição social e econômica precária, e falta de suporte social à mulher, contribuem para a perpetuação desse ciclo de violência (Silva & Oliveira, 2015).

Outrossim, a Transgeracionalidade refere-se à transferência de padrões, comportamentos ou experiências de uma geração para a seguinte. No contexto da violência doméstica, isso implica na transmissão de dinâmicas abusivas de pais para filhos, perpetuando um ciclo de violência ao longo do tempo. Neste contexto, foi a partir do século XX, com o movimento feminista com mulheres autoras de lutas políticas e sociais que a violência contra a mulher passou a ser discutida, e ter foco no cenário social, foi a partir deste movimento que houve também a implementação das delegacias das mulheres (Prosenewicz e Madeira, 2021).

Diante do exposto, o tema da VDF foi desenvolvido em outras oportunidades do curso de Psicologia, como nas disciplinas de Estágio básico I e II e também na disciplina de produção de artigo, sob orientação da profa. Dra. Júlia Bucher. Ao decorrer do trajeto houve variações em torno do tema, estudando fenômenos como o impacto da violência doméstica - VD na aprendizagem de crianças e o impacto da VD na autoestima e autoimagem de mulheres vítimas.

Ao buscar artigos sobre o tema encontrei diversos trabalhos que fazem análises das perspectivas históricas em torno da transgeracionalidade, mas poucos que fazem uma análise qualitativa a partir do discurso da mulher vítima juntamente com uma análise sistêmica da família nuclear da vítima. Desta forma, vi aí uma oportunidade para uma maior estudo e análise das famílias e modelos de violência que estas possam replicar em suas convivências.

O presente trabalho se propõe a entender como os modelos de violência são passados entre as gerações a partir do discurso de uma mulher que tenha sido vítima de violência doméstica por seu companheiro, a partir da construção do genograma familiar. Desta maneira questiona-se: Mulheres vítimas de violência doméstica, já vivenciaram violências anteriores na sua família nuclear?

Ademais o projeto de pesquisa está organizado em diferentes itens, conforme prevê o sumário, que vai desde uma revisão de literatura a descrição do método

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar a dinâmica familiar de uma mulher vítima de violência doméstica, através do estudo do genograma.

2.2 Objetivos Específicos

- Identificar os padrões de violência presentes nas relações familiares das mulheres vítimas.
- Mapear os eventos traumáticos e as experiências significativas nas histórias de vida das vítimas e de seus familiares.
- Explorar as interações familiares e os fatores contextuais que contribuem para a perpetuação da violência doméstica ao longo das gerações.
- Investigar as estratégias de enfrentamento utilizadas pelas mulheres vítimas e suas famílias para lidar com a violência e seus impactos.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Impactos da violência doméstica na vida das mulheres

A violência doméstica é um fenômeno complexo que tem impactos devastadores na vida das mulheres, transcendendo o âmbito individual para afetar profundamente as estruturas sociais e culturais. Neste contexto, diversos estudos têm se dedicado a compreender os diversos aspectos e consequências desse tipo de violência, especialmente focando nos impactos específicos na vida das mulheres. Os resultados dessas pesquisas são fundamentais para embasar políticas públicas e iniciativas sociais que visam prevenir e combater a violência de gênero. Razer et al. (2014) descrevem a violência doméstica como uma experiência que vai além das agressões físicas, afirmando que "a violência psicológica pode ser tão devastadora quanto a violência física, deixando cicatrizes emocionais profundas que podem persistir por anos".

Esta perspectiva é corroborada por Bosetto e Falcke (2014), que destacam a importância de compreender as repercussões psicológicas da violência doméstica, afirmando que muitas mulheres enfrentam altos níveis de estresse, ansiedade e depressão como resultado da violência conjugal. Ademais, é essencial destacar que a violência doméstica não se restringe apenas a agressões físicas, mas também engloba formas sutis e psicológicas de controle e manipulação. A violência psicológica, por exemplo, pode minar a autoestima e o bem-estar emocional das mulheres, criando um ciclo de dependência e submissão que dificulta a busca por ajuda.

Além disso, a violência doméstica frequentemente está interligada com outros aspectos da vida das mulheres, como sua saúde física e mental, sua autonomia financeira e seu acesso a recursos e oportunidades. Mulheres que sofrem violência doméstica têm maior probabilidade de desenvolver problemas de saúde, como ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático, o que impacta negativamente sua qualidade de vida e capacidade de realização pessoal e profissional. Madalena et. al., (2018) enfatizam que, mulheres vítimas possuem uma maior chance de apresentar complicadores de saúde, como, dor crônica, problemas gastrointestinais e distúrbio do sono, problemas esses que acabam por impactar negativamente a qualidade de vida.

Outro aspecto relevante é o impacto da violência doméstica nos relacionamentos interpessoais das mulheres. Muitas vezes, a violência pode resultar no isolamento social, afastando as vítimas de amigos, familiares e redes de apoio. Isso pode criar um ambiente de

solidão e desamparo, tornando ainda mais difícil para as mulheres romperem o ciclo de violência e buscarem ajuda (Santa Ana e Penso, 2017).

Além disso, a violência doméstica pode ter efeitos de longo prazo sobre a autoimagem e a identidade das mulheres. O constante abuso e controle podem fazer com que as vítimas internalizem mensagens negativas sobre si mesmas, levando a uma perda de confiança e autoestima. Isso pode dificultar ainda mais o processo de recuperação e reconstrução de suas vidas após saírem de situações de violência. No entanto, é importante ressaltar que as mulheres não são apenas vítimas passivas da violência doméstica, mas também agentes ativos de resistência e resiliência. Muitas mulheres encontram maneiras de enfrentar e superar a violência, seja buscando apoio em redes de suporte, procurando ajuda profissional ou desenvolvendo estratégias de autopreservação, Brum et al. (2021) destacam que, muitas mulheres acham formas de enfrentamento da VD, através da rede de apoio, ajuda profissional ou até mesmo com estratégias que busquem sua segurança.

Em termos de políticas públicas e intervenções sociais, é fundamental que sejam adotadas abordagens integradas e multidisciplinares para enfrentar a violência doméstica. Isso inclui o fortalecimento das leis e políticas de proteção às vítimas, o aumento do acesso a serviços de apoio e assistência, e a promoção de uma cultura de respeito e igualdade de gênero (Brum et al., 2021).

Ademais, é crucial reconhecer e combater as raízes estruturais da violência de gênero, que estão enraizadas em desigualdades sociais e culturais profundamente enraizadas. Isso requer um esforço coletivo para desafiar normas de gênero prejudiciais, promover a educação sobre consentimento e respeito mútuo, e criar oportunidades equitativas para todas as pessoas, independentemente do gênero (Santa Ana e Penso, 2017).

Os impactos da violência doméstica na vida das mulheres são vastos e multifacetados, afetando não apenas as vítimas diretamente envolvidas, mas também suas famílias, comunidades e sociedade como um todo. É imperativo que enfrentemos esse problema de forma abrangente e colaborativa, buscando não apenas prevenir a violência, mas também apoiar e capacitar as mulheres a reconstruírem suas vidas e alcançarem seu pleno potencial (Paixão et al., 2015).

A violência doméstica também tem efeitos devastadores nos relacionamentos das mulheres, muitas vezes resultando em isolamento social e perda de apoio de amigos e familiares. Paixão et al. (2015) descrevem como "muitas mulheres que vivenciam violência conjugal se sentem envergonhadas e culpadas, o que as impede de buscar ajuda ou

compartilhar sua experiência com outras pessoas". Isso cria um ciclo de silêncio e solidão que torna ainda mais difícil para as mulheres saírem de situações abusivas.

3.1.2 Abordagem Feminista e Análises de Gênero

O estudo da violência de gênero através de abordagens feministas e análises de gênero representa um avanço significativo na compreensão a respeito do problema. Ao examinarmos as pesquisas existentes, percebe-se a importância crucial dessa abordagem para entender a violência contra as mulheres e suas raízes sociais e culturais. Primeiramente, é fundamental reconhecer que a violência de gênero não é apenas um problema individual, mas sim um fenômeno social enraizado em estruturas de poder desiguais. Como afirmam Razera et al.,

" [...] o modelo diádico de análise permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas de poder e controle dentro dos relacionamentos, destacando como as experiências na família de origem podem influenciar a perpetuação da violência conjugal [...]" (Razera et al., 2021).

Essa perspectiva é central para os estudos feministas, que buscam desvelar as relações de poder subjacentes à violência de gênero e desafiar as normas patriarcais que a sustentam. Além disso, as análises de gênero nos ajudam a entender como as construções sociais de masculinidade e feminilidade contribuem para a perpetuação da violência contra as mulheres. Como afirmam Colossi et al. (2015), os padrões de identificação entre a violência conjugal e as experiências na família nuclear, mostram como os padrões de gênero internalizados influenciam no comportamento dos sujeitos. A família é o contexto inicial onde os indivíduos aprendem e internalizam as normas de gênero, que são construídas e reforçadas por meio de interações sociais, modelagem de comportamento e transmissão cultural. Assim, as relações familiares moldam as percepções sobre papéis de gênero, poder e autoridade, influenciando diretamente na maneira como homens e mulheres se relacionam e como a violência de gênero é perpetuada ao longo das gerações.

Destarte, essa compreensão é essencial para desenvolver estratégias eficazes de prevenção e intervenção que abordem não apenas os casos individuais de violência, mas também as estruturas sociais que a sustentam. No entanto, é importante reconhecer que as abordagens feministas e as análises de gênero ainda enfrentam resistência e oposição em muitos contextos. Segundo Mohanty (2003), isso se deve à persistência de ideologias patriarcais arraigadas na sociedade, que legitimam a subordinação das mulheres e perpetuam a violência de gênero. No cenário atual do Brasil, essa resistência é evidente em discursos e

políticas que deslegitimam a luta feminista e promovem uma cultura de machismo e misoginia. Além disso, a conjuntura política e social do país apresenta riscos adicionais para as análises de gênero, com retrocessos em direitos das mulheres e ataques à legislação protetiva, como é o caso da Lei Maria da Penha. Diante desse contexto desafiador, é fundamental fortalecer os esforços de conscientização, educação e mobilização social para promover uma mudança cultural e estrutural que enfrente efetivamente a violência de gênero e suas raízes profundas na sociedade brasileira.

Desta maneira existe a necessidade contínua de educação e sensibilização sobre as questões de gênero e violência, bem como de políticas públicas e programas que promovam a igualdade de gênero e o respeito mútuo.

Diante desse cenário, é crucial o apoio e o fortalecimento das abordagens feministas e das análises de gênero na compreensão e enfrentamento da violência contra as mulheres. Isso inclui o respaldo a pesquisas e iniciativas que ampliem a compreensão das raízes sociais e culturais da violência de gênero, bem como o desenvolvimento de políticas e programas que promovam a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres para que desta maneira elas se tornem protagonistas de suas histórias.

3.2 Teoria sistêmica: um olhar de acordo com Salvador Minuchin

A teoria sistêmica, conforme desenvolvida por Salvador Minuchin, representa uma abordagem terapêutica que se concentra na compreensão e intervenção nos padrões de interação dentro dos sistemas familiares. Minuchin, um dos pioneiros dessa abordagem na década de 1960, viu a família como um sistema complexo, onde cada membro influencia e é influenciado pelas dinâmicas familiares. Uma das premissas fundamentais dessa teoria é a ideia de que problemas individuais muitas vezes refletem desequilíbrios ou disfunções no sistema familiar como um todo. Assim, o terapeuta sistêmico não se concentra apenas no indivíduo, mas busca entender e intervir nas interações entre os membros da família, nas comunicações e nas estruturas de poder (Minuchin, 1990).

Neste contexto, a Teoria Sistêmica oferece uma abordagem holística e interdisciplinar para compreender os sistemas sociais e familiares, bem como as interconexões entre os elementos que os compõem. Para Minuchin, a família é vista como um sistema complexo, onde cada membro influencia e é influenciado pelas dinâmicas familiares. Essa abordagem terapêutica destaca a interdependência entre os membros da família e a influência das relações familiares na manifestação de problemas individuais (Minuchin, 1990).

A teoria sistêmica de Minuchin enfatiza a importância da observação dos padrões de interação em tempo real durante as sessões terapêuticas, bem como a necessidade de flexibilidade por parte do terapeuta para adaptar suas abordagens às características específicas de cada família. Em suma, a teoria sistêmica busca promover mudanças positivas através da intervenção nos padrões de comunicação, nas estruturas familiares e nas dinâmicas de poder, visando o restabelecimento do equilíbrio e da saúde emocional dentro do sistema familiar (Minuchin, 1990).

Destarte, isso sugere que a violência não surge isoladamente, mas sim como resultado de uma interação complexa de fatores individuais e contextuais. Além disso, a Teoria Sistêmica nos ajuda a entender como a violência pode ser transmitida de uma geração para outra dentro das famílias. Outrossim, os padrões de violência são aprendidos e internalizados, contribuindo assim para a perpetuação de um ciclo de violência, o que acaba por dificultar o rompimento deste (Minuchin, 1990).

Isso destaca a importância de abordar não apenas os casos individuais de violência, mas também os padrões familiares e sociais que a sustentam. No entanto, é importante reconhecer que a aplicação da Teoria Sistêmica ao estudo da violência contra as mulheres também apresenta desafios e limitações. Por exemplo, alguns críticos argumentam que essa abordagem pode negligenciar o papel do poder e da opressão de gênero na perpetuação da violência. Além disso, a ênfase na família como uma unidade coesa pode obscurecer as experiências das mulheres como vítimas de violência dentro desses sistemas (Minuchin, 1990).

Minuchin enfatizou a importância da observação dos padrões de interação em tempo real durante as sessões terapêuticas, buscando identificar hierarquias, alianças e fronteiras dentro da família. Introduziu também o conceito de "enquadramento terapêutico", que estrutura o processo terapêutico para promover mudanças eficazes na dinâmica familiar. Além disso, destacou a necessidade de flexibilidade por parte do terapeuta, adaptando suas abordagens às características específicas de cada família, enfatizando a importância da colaboração entre terapeuta e família para identificar e resolver os desafios enfrentados (Minuchin, 1990).

Ao investigar a violência conjugal, por exemplo, a teoria sistêmica destaca como as interações familiares podem contribuir para esse fenômeno. No entanto, ao aplicar essa teoria à violência de gênero, surgem desafios importantes que devem ser considerados para uma compreensão completa do problema.

Um dos principais desafios é o risco de minimizar o papel do poder e da opressão de gênero na perpetuação da violência. Embora a abordagem sistêmica examine as interações familiares e os padrões de comunicação, ela pode negligenciar as questões subjacentes de poder que muitas vezes estão no cerne da violência de gênero (Minuchin, 1990). Neste sentido, a teoria sistêmica fundamenta-se na premissa de que problemas individuais muitas vezes refletem desequilíbrios ou disfunções no sistema familiar como um todo, o que implica que o terapeuta sistêmico não deve concentrar-se apenas no indivíduo, mas buscar entender e intervir nas interações entre os membros da família, nas comunicações e nas estruturas de poder.

Além disso, a Teoria Sistêmica oferece uma abordagem holística e interdisciplinar para compreender os sistemas sociais e familiares, considerando as interconexões entre os elementos que os compõem (Minuchin, 1990). Minuchin enfatizou a interdependência entre os membros da família e a influência das relações familiares na manifestação de problemas individuais. Em suma, a teoria sistêmica busca promover mudanças positivas através da intervenção nos padrões de comunicação nas estruturas familiares e nas dinâmicas de poder, visando o restabelecimento do equilíbrio e da saúde emocional dentro do sistema familiar (Minuchin, 1990).

O referencial teórico baseado na teoria sistêmica de Salvador Minuchin proporciona uma base sólida para a compreensão das dinâmicas familiares e suas influências nas manifestações individuais de problemas, como a violência doméstica. A abordagem de Minuchin, que vê a família como um sistema complexo e interdependente, permite identificar como os padrões de interação, comunicação e estrutura de poder dentro da família podem contribuir para a perpetuação da violência de uma geração para outra. No entanto, é crucial abordar as limitações dessa abordagem, especialmente em relação à violência de gênero. Enquanto a teoria sistêmica foca nos desequilíbrios e disfunções do sistema familiar, ela pode inadvertidamente minimizar a importância do poder e da opressão de gênero. Portanto, é essencial complementar essa perspectiva com uma análise crítica das dinâmicas de gênero para uma compreensão mais completa e eficaz do fenômeno da violência doméstica. A integração dessas abordagens permitirá uma intervenção mais holística e sensível às nuances de poder e controle que perpetuam a violência dentro das famílias.

3.2.1 Teoria sistêmica feminista

Dentro do contexto da Teoria Sistêmica, existe uma vertente importante, a Teoria Sistêmica Feminista. Esta abordagem busca integrar os princípios da Teoria Sistêmica com

uma análise crítica das relações de poder e gênero na sociedade. Ao explorar a interseção entre sistemas familiares e estruturas de poder patriarcais, a Teoria Sistêmica Feminista oferece informações valiosas sobre a violência contra as mulheres e suas raízes sociais e culturais (Brum et al., 2021).

As principais pensadoras dessa abordagem incluem Carol Gilligan, Jean Baker Miller e Judith Jordan. Gilligan, por exemplo, é conhecida por seu trabalho sobre a ética do cuidado e sua crítica à visão tradicional do desenvolvimento moral baseada na masculinidade. Ela argumenta que as mulheres frequentemente adotam uma abordagem de cuidado e responsabilidade nas relações interpessoais, em contraste com a ênfase masculina na autonomia e independência. Essa perspectiva pode ser aplicada à compreensão da violência contra as mulheres, destacando a importância de reconhecer e valorizar as necessidades emocionais e relacionais das vítimas (Colossi et al., 2015).

Judith Jordan, por sua vez, que contribuiu com o desenvolvimento da Teoria Relacional-Cultural, destaca a importância das relações de poder e interdependência na formação da identidade e na saúde mental. Ela argumenta que as mulheres muitas vezes enfrentam opressão e marginalização dentro de sistemas familiares e sociais, o que pode contribuir para sua vulnerabilidade à violência. Essa perspectiva nos ajuda a entender como fatores estruturais e culturais influenciam a experiência das mulheres e moldam suas respostas à violência (Santa Ana e Penso, 2017).

No contexto da Teoria Sistêmica Feminista, a análise da violência contra as mulheres se concentra não apenas nos padrões individuais de comportamento, mas também nos contextos sociais e culturais mais amplos que perpetuam a desigualdade de gênero e a violência baseada no gênero. Essa abordagem oferece uma visão abrangente e interdisciplinar da violência contra as mulheres, destacando a necessidade de intervenções que abordem não apenas os casos individuais de violência, mas também as estruturas sociais e culturais que a sustentam (Colossi et al., 2015).

Outrossim, conforme desenvolvida por Judith Jordan e seus colaboradores, a Teoria Sistêmica Feminista é uma abordagem terapêutica que combina os princípios fundamentais da teoria sistêmica com uma análise crítica das questões de gênero e poder (Jordan et al., 1991). Jordan é uma das principais vozes na integração da perspectiva feminista à prática terapêutica e à compreensão dos sistemas familiares.

Essa abordagem reconhece que as questões de gênero e poder desempenham um papel central nas dinâmicas familiares e na manifestação de problemas individuais (Jordan et al., 1991). A Teoria Sistêmica Feminista destaca a importância de examinar as relações de poder

dentro da família e da sociedade em geral, reconhecendo as formas como o patriarcado e outras estruturas sociais influenciam a vida das mulheres.

Uma das principais contribuições de Judith Jordan para essa teoria é o conceito de "vozes múltiplas" (Jordan et al., 1991). Ela argumenta que as mulheres frequentemente internalizam várias vozes sociais, incluindo as expectativas da família, da sociedade e de suas próprias comunidades, o que pode impactar significativamente sua autoimagem e seu bem-estar psicológico. A Teoria Sistêmica Feminista busca dar voz a essas diferentes experiências e perspectivas, permitindo uma compreensão mais completa das complexidades da vida das mulheres.

Além disso, Jordan e seus colegas enfatizam a importância da justiça social e da igualdade de gênero no processo terapêutico (Jordan et al., 1991). Eles argumentam que a terapia deve ir além do nível individual e considerar as questões sistêmicas e estruturais que contribuem para o sofrimento das mulheres. Isso pode envolver a análise das normas de gênero, o reconhecimento das desigualdades sociais e a promoção da autonomia e empoderamento das mulheres.

Na prática clínica, a Teoria Sistêmica Feminista oferece uma lente através da qual os terapeutas podem entender e abordar questões de gênero e poder dentro dos sistemas familiares (Jordan et al., 1991). Isso pode incluir a identificação de padrões de comunicação e comportamento que refletem desigualdades de poder, bem como o apoio às mulheres na busca por mudanças individuais e sociais.

Faz-se mister salientar que a Teoria Sistêmica Feminista de Judith Jordan representa uma abordagem inovadora e crítica para entender e intervir nos sistemas familiares. Ao integrar os princípios da teoria sistêmica com uma análise aprofundada das questões de gênero e poder, essa abordagem busca promover a justiça social, a igualdade de gênero e o bem-estar das mulheres dentro e fora do contexto terapêutico.

3.3 Transgeracionalidade da Violência Doméstica: Herança de Traumas e Padrões de Comportamento

A transgeracionalidade da violência doméstica é um fenômeno complexo que tem sido objeto de estudo e reflexão por parte de diversos pesquisadores. Este fenômeno refere-se à tendência de traumas e padrões de comportamento relacionados à violência serem transmitidos de uma geração para outra, criando um ciclo de abuso que persiste ao longo do tempo, uma vez que perpetuam o machismo. O ideal de família parece ser um risco para a libertação das mulheres. Um aspecto central destacado pelos autores é a transmissão de

traumas ao longo das gerações. Conforme observado por Sant'Anna e Penso (2017), que modelos de violência muitas vezes são aprendidas e internalizadas no ambiente familiar, desta maneira ocorrendo o enraizamento dos modelos que são passados de pais para filhos.

Além disso, os autores também abordam a questão dos padrões de comportamento relacionados à violência que são aprendidos e reproduzidos ao longo das gerações. Razera et al. (2021) observam que "a exposição à violência na infância pode aumentar a probabilidade de perpetração e vitimização de violência conjugal na vida adulta". Essa constatação destaca a importância dos modelos parentais na formação das atitudes e comportamentos das crianças em relação à violência, bem como a necessidade de interromper esse ciclo de transmissão de padrões prejudiciais.

A influência das experiências familiares e culturais na transgeracionalidade da violência doméstica também é um tema abordado pelos autores. Colossi et al. (2015) apontam que "normas sociais e estereótipos de gênero podem desempenhar um papel significativo na perpetuação da violência conjugal ao longo das gerações". Essa observação ressalta como as estruturas sociais e culturais podem contribuir para a normalização e legitimação da violência, tornando mais difícil para as famílias quebrarem o ciclo de abuso.

O impacto das experiências de violência na infância e adolescência também é uma preocupação central dos autores. Paixão et al. (2025) destacam que, crianças que são expostas podem apresentar prejuízo no desenvolvimento emocional e psicológico, aumentando assim o risco de problemas mentais e comportamentais.

Sant'Anna e Penso (2017) ressaltam a importância de "abordar não apenas os casos individuais de violência, mas também os padrões familiares e sociais que a sustentam". Isso sugere a necessidade de uma abordagem holística e multifacetada que leve em consideração não apenas os aspectos individuais, mas também os contextos sociais e culturais mais amplos que perpetuam a violência doméstica.

A transgeracionalidade da violência doméstica é um fenômeno complexo e multifacetado que requer uma análise cuidadosa e uma abordagem abrangente. Ao compreender as raízes e os mecanismos subjacentes a essa transmissão intergeracional de violência, podemos desenvolver estratégias mais eficazes para prevenir e interromper o ciclo de abuso, oferecendo suporte e proteção às vítimas e suas famílias.

Na análise da transgeracionalidade da violência doméstica, é essencial transcender a dicotomia entre padrões de comportamento e influências familiares e culturais. Ao invés de enxergá-los como elementos isolados, devemos adotar uma abordagem integral que reconheça a interconexão e interdependência entre esses dois aspectos (Brum et al., 2021).

Os padrões de comportamento aprendidos dentro do ambiente familiar são, em grande parte, moldados pelas influências culturais mais amplas da sociedade em que estão inseridos. Como observado por Madalena et al. (2018), "a violência conjugal muitas vezes é aprendida e internalizada através das interações familiares, criando um ciclo de violência que pode ser difícil de quebrar". Essa citação destaca como as dinâmicas familiares são influenciadas e mediadas pelas normas e valores culturais predominantes.

Por outro lado, as influências familiares também exercem um papel significativo na transmissão da violência ao longo das gerações. A relação entre pais e filhos, por exemplo, desempenha um papel crucial na formação das atitudes e comportamentos das crianças em relação à violência. Razera et al. (2021) observam que, crianças que presenciam a violência têm maior probabilidade de replicar comportamentos ou até mesmo serem vítimas da violência conjugal durante a vida adulta.

Entretanto, é importante reconhecer que esses padrões de comportamento e influências familiares estão enraizados em um contexto cultural mais amplo. Colossi et al. (2015) destacam que "normas sociais e estereótipos de gênero podem desempenhar um papel significativo na transmissão da violência conjugal". Essa observação sublinha como as estruturas sociais e culturais podem perpetuar a violência ao legitimar certas formas de comportamento dentro das relações familiares.

Portanto, ao invés de conceber os padrões de comportamento e influências familiares e culturais como entidades separadas, se deve reconhecer sua interdependência e interconexão. Somente ao adotar uma abordagem integral que leve em consideração esses aspectos de maneira integrada poderá haver compreensão plena da complexidade da transgeracionalidade da violência doméstica e assim desenvolver estratégias eficazes de prevenção e intervenção. Essa abordagem desafia a repensar não apenas as dinâmicas familiares, mas também as estruturas sociais e culturais mais amplas que sustentam a violência, buscando assim promover uma mudança verdadeira e duradoura.

3.4 Interação entre Estressores Desenvolvimentais e Situacionais no Ciclo Vital Familiar

Embora a discussão sobre a violência de gênero tenha ganhado destaque nas últimas décadas, muitas dimensões desse fenômeno permanecem subexploradas, particularmente no que tange à sua persistência e transmissão através das gerações. Estudos recentes sugerem que a violência não é apenas um evento isolado, mas sim um fenômeno que pode ser transmitido transgeracionalmente, moldando comportamentos e expectativas ao longo das gerações. O modelo do ciclo vital da família proposto por Carter e McGoldrick oferece uma estrutura

valiosa para a análise do desenvolvimento e das mudanças familiares ao longo do tempo. Segundo os autores, o ciclo vital familiar é composto por uma série de estágios distintos, cada um com seus próprios desafios e estressores desenvolvimentais. Esses estressores são aqueles que emergem naturalmente como parte do processo de crescimento e mudança da família, como o nascimento de um filho ou a saída dos filhos de casa. Carter e McGoldrick destacam que a forma como uma família lida com esses estressores pode ter um impacto profundo em sua coesão e funcionalidade ao longo do tempo, influenciando diretamente a sua saúde e adaptabilidade (Carter; McGoldrick, 2001).

Neste contexto, os estressores situacionais, que são externos e muitas vezes inesperados, como uma doença grave ou uma crise econômica, podem exacerbar as dificuldades que uma família enfrenta durante suas fases de desenvolvimento. Carter e McGoldrick ressaltam que, apesar da natureza imprevisível desses estressores situacionais, a capacidade da família de gerenciá-los pode ser influenciada por suas estratégias de enfrentamento e padrões de comunicação já estabelecidos. Isso implica que a adaptabilidade da família não é apenas uma função dos eventos externos, mas também das suas respostas internas e organizacionais.

A interação entre estressores desenvolvimentais e situacionais é complexa e pode intensificar os desafios que uma família enfrenta. Por exemplo, a transição dos filhos para a vida adulta pode ser particularmente difícil quando coincidente com um estressor situacional como o desemprego de um dos pais. Segundo Carter e McGoldrick (2001), a forma como uma família lida com essa interação é crucial para determinar se experimentará um ciclo de estresse contínuo ou se conseguirá utilizar essas experiências como oportunidades de crescimento e adaptação. O modelo sugere que a capacidade de adaptação da família está intrinsecamente ligada às suas habilidades para negociar e redefinir suas dinâmicas em resposta a esses estressores.

Outrossim, os estágios do ciclo vital familiar descritos por Carter e McGoldrick (2001) incluem momentos como a formação da família, a criação dos filhos e a transição para a aposentadoria. Cada um desses estágios apresenta seus próprios estressores desenvolvimentais, que podem ser amplificados por estressores situacionais inesperados. A gestão eficaz desses desafios exige flexibilidade e adaptação contínua por parte dos membros da família, além de uma comunicação aberta e estratégias de apoio mútuo. Carter e McGoldrick enfatizam que a habilidade de uma família para lidar com essas mudanças e desafios é fundamental para sua estabilidade e funcionalidade.

A teoria de Carter e McGoldrick (2001) também sublinha a importância da rede de suporte social para enfrentar estressores. Famílias com redes de apoio robustas, que incluem amigos e parentes, geralmente se adaptam melhor a estressores desenvolvimentais e situacionais. O suporte social pode atenuar os impactos negativos desses estressores e proporcionar recursos emocionais e práticos que são cruciais para a resiliência familiar. Carter e McGoldrick sugerem que a integração do suporte social é uma estratégia essencial para promover a estabilidade e a adaptação da família.

Vale salientar que, a perspectiva brasileira dos autores Cerveny e Berthould oferece uma abordagem complementar à análise do ciclo vital da família. Na qual os autores exploram como os fatores culturais e socioeconômicos específicos do Brasil influenciam a dinâmica familiar e os estressores enfrentados pelas famílias brasileiras (Cerveny; Berthould, 2009). Eles ainda destacam que, no contexto brasileiro, as redes de apoio informal, como a família extensa e a comunidade local, desempenham um papel crucial na gestão dos estressores, oferecendo um suporte que pode ser tanto emocional quanto prático. Essa rede de apoio é particularmente significativa em um país onde as estruturas formais de assistência social são frequentemente limitadas.

Diante do exposto, Cerveny e Berthould (2009) discutem como os estressores desenvolvimentais, como a transição para a vida adulta dos filhos, podem ser amplificados por estressores situacionais como crises econômicas e políticas, que são mais prevalentes em contextos de instabilidade social. Eles ressaltam que as estratégias de enfrentamento das famílias brasileiras frequentemente envolvem uma adaptação criativa e colaborativa, refletindo a resiliência e a capacidade de reorganização das famílias frente a desafios contextuais específicos.

Outra contribuição relevante de Cerveny e Berthould (2009) é a ênfase na importância das práticas culturais e das tradições familiares na forma como os estressores são vivenciados e geridos. As práticas culturais brasileiras, como a valorização da coletividade e da solidariedade, influenciam significativamente a maneira como as famílias enfrentam crises e adaptam seus papéis e responsabilidades ao longo do ciclo vital. Esses aspectos culturais oferecem um quadro adicional para entender as dinâmicas familiares e a interação entre estressores desenvolvimentais e situacionais no Brasil..

A integração das perspectivas de Carter e McGoldrick com as contribuições de Cerveny e Berthould proporciona uma visão mais completa sobre o ciclo vital da família. Enquanto Carter e McGoldrick oferecem um modelo que é amplamente aplicável em contextos diversos, Cerveny e Berthould acrescentam uma compreensão mais detalhada sobre

como fatores culturais e socioeconômicos específicos moldam a experiência familiar. Juntas, essas abordagens oferecem uma base robusta para intervenções e suportes que consideram tanto os estressores universais quanto os contextuais, promovendo uma abordagem mais holística e adaptada às realidades locais (Cervený; Berthould, 2009).

Desta forma é crucial entender que a transgeracionalidade da violência não se limita apenas à reprodução de comportamentos, mas também abrange a transmissão de crenças e atitudes que sustentam a desigualdade de gênero e o abuso. Compreender essa dinâmica é um passo fundamental para romper com o ciclo e criar ambientes mais seguros e igualitários para as futuras gerações.

É evidente que a violência não ocorre no vácuo; ela está intimamente ligada a fatores socioeconômicos, culturais e institucionais que perpetuam desigualdades de gênero. Assim, os esforços para combater a violência devem incluir estratégias para desafiar e mudar essas estruturas de poder e normas sociais que sustentam o abuso. Por exemplo, programas educacionais e comunitários que promovam igualdade de gênero e ensinam habilidades de comunicação e resolução de conflitos podem desempenhar um papel crucial na prevenção da violência e na mudança de comportamentos transgeracionais prejudiciais.

Finalmente, a análise da violência contra mulheres sob a lente da transgeracionalidade nos desafia a adotar uma abordagem mais holística e empática na elaboração de políticas e práticas de apoio. A construção de um sistema de suporte que considere a história familiar e as experiências transgeracionais pode melhorar significativamente a eficácia das intervenções. Ao reconhecer e tratar as raízes profundas da violência, e ao apoiar as vítimas em um contexto mais amplo.

4. MÉTODO

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, desenvolvendo um estudo de caso e o genograma familiar de uma mulher vítima de violência doméstica, visando mapear a relação entre a violência doméstica e sua transgeracionalidade. A pesquisa qualitativa se destina a compreender fenômenos individualizados, abordando aspectos socioculturais. Nessa perspectiva, busca-se explorar o universo de significados, crenças e valores subjacentes aos comportamentos dos participantes (Deslandes & Gomes, 2009). Minayo (2006) ressalta que esse tipo de pesquisa permite adentrar no "mundo dos significados", exigindo dos pesquisadores a exposição e interpretação desses significados. O método qualitativo tem a capacidade de relatar um problema de forma aprofundada, analisar variáveis envolvidas em

certos fenômenos, compreender e classificar processos dinâmicos de certos grupos, tudo isso com um maior grau de complexidade (Richardson, 2011).

Quanto ao estudo de caso, este é descrito por Gil (2008) como um estudo profundo e exaustivo em volta de um objeto, desta forma é permitido a análise de forma ampla e detalhada. Esse tipo de estudo ainda permite que, situações reais que não estão com limites definidos sejam explorados; descrição do contexto onde o fato ocorre; e por fim, permite explicar as variáveis determinantes.

4.1 Participantes, Local e Amostra

A participante deste estudo foi uma mulher cis, heterossexual, maiores de idade, que enfrentou violência doméstica com seus ex-companheiros por pelo menos três meses consecutivos. A seleção ocorreu entre as mulheres em atendimento em uma instituição não governamental do Distrito Federal que oferece atendimento psicossocial e jurídico a mulheres que vivem situação de violência doméstica.

4.2 Instrumentos

O primeiro instrumento foi a entrevista semiestruturada, que tem como objetivo levantar dados e informações relevantes para o estudo através de assuntos pertinentes para o tema e, onde pode ocorrer tanto uma conversa a dois ou entre vários interlocutores, sendo que quem inicia a conversa é o pesquisador/entrevistador. A entrevista semiestruturada combina perguntas abertas e fechadas, permitindo que quem está sendo entrevistado fale mais abertamente sobre o tema, sem ficar preso a respostas já formuladas (Minayo, 2009). O questionário foi dividido da seguinte maneira: primeiro bloco perguntas de identificação da participante e aspectos sociodemográficos, segundo bloco referente à dinâmica familiar nuclear e o terceiro sobre o relacionamento conjugal. O segundo instrumento foi o genograma familiar, e este será feito manualmente junto à entrevistada. O genograma familiar é descrito por McGoldrick e Gerson (1995) como a representação do mapeamento familiar e das relações que são mantidas. Através dele ainda é possível levantar dados emocionais e transgeracionais da dinâmica familiar (Wendt e Crepaldi, 2008).

4.3 Procedimentos de Coleta de Dados

Primeiro projeto foi submetido ao CEP/CEUB - Comitê de Ética em Pesquisa, conforme regulação de pesquisas com seres humanos (Resolução 6007/23), considerando que se trata de uma pesquisa que envolve seres humanos, cuja aprovação se deu pelo parecer consubstanciado nº 6.943.056 e CAAE nº 80740824.0.0000.0023

O presente estudo buscou respeitar os princípios éticos previstos na resolução, desta forma pediu-se que a participante assinasse o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), antes de se iniciar a entrevista. Buscou-se analisar os riscos e benefícios para a participante, de forma a evitar qualquer constrangimento ou trauma para a participante.

A entrevista ocorreu de forma presencial, na instituição não governamental que foi selecionada e disponibilizou o espaço para a pesquisadora. A princípio havia se imaginado seguir o roteiro, porém a participante se mostrou aberta e confortável para contar fatos além dos previstos no roteiro, desta forma seguiu-se então a trilha feita por ela. Foi necessário dois encontros, o primeiro para a entrevista e o segundo para a confecção do genograma junto a participante.

4.4 Procedimento de Análise de Dados

Diante da posse das gravações dos encontros com a participante, primeiro houve a transcrição dos áudios e depois a análise do conteúdo, seguindo a metodologia elaborada por Bardin (2011), que possibilitou uma melhor organização e revisão do material.

Posteriormente foi feita a categorização dos dados a fim de definir as categorias, que identificam os padrões e temas recorrentes na fala da participante voluntária. O material foi escutado, transcrito e analisado. As categorias encontradas foram: família, violência e ruptura. A última etapa consistiu em comparar os achados da entrevista com a literatura científica levantada a respeito do tema.

5. GENOGRAMA

O genograma de Flor é um reflexo de uma vida marcada por abuso e abandono, mas também de uma notável capacidade de resiliência. Ele revela a perpetuação de traumas intergeracionais, mostrando como as dinâmicas de violência e poder influenciam cada geração. Flor, ao tentar construir um novo ambiente para seus filhos, busca romper esse ciclo, o que é um importante indicativo de resistência e desejo de transformação. O uso do

genograma em seu processo terapêutico pode oferecer uma base sólida para entender seus padrões e promover a cura e contribuir para o amadurecimento emocional.

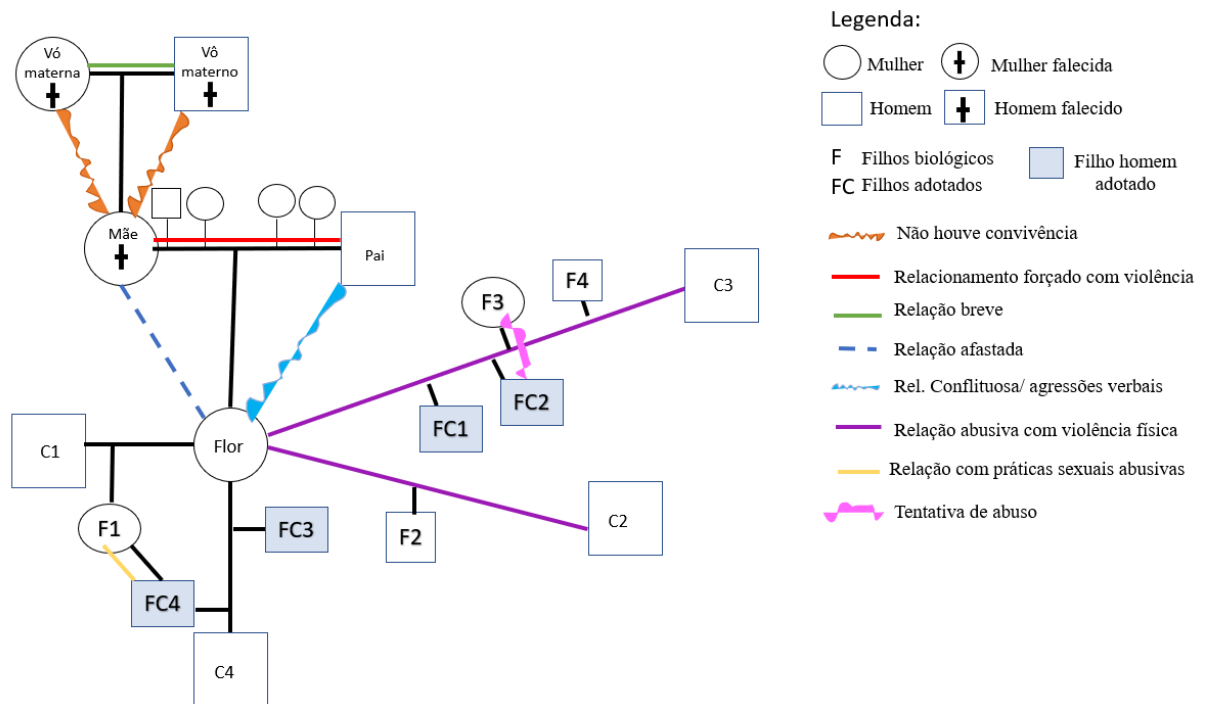


Figura 1.

5.1 História de Flor

Flor tem 45 anos, teve 4 relações conjugais e atualmente encontra-se casada. Informou que tem 08 filhos, sendo quatro adotivos. Destacou que possui diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista, descoberto já na fase adulta, e atua como ativista nessa área. Compartilhou sua história desde a infância, marcada pela ausência materna, violência intrafamiliar e abuso sexual.

Desde a infância, Flor enfrentou um ambiente familiar extremamente adverso, marcado pela ausência da mãe, violência intrafamiliar e abuso sexual. Sua mãe, que também teve uma vida repleta de traumas, foi abandonada ao nascer e criada em condições precárias, trabalhando como serva em uma propriedade rural em troca de comida e abrigo. Nesse contexto, conheceu o pai de Flor, com quem se casou e teve filhos.

O pai, após se separar da mãe de Flor, alegando um relacionamento extraconjugal dela, retirou todos os filhos do convívio materno, assumindo a guarda deles durante a infância. Ao longo de sua vida, o pai de Flor teve diversos relacionamentos e impunha às

companheiras a função de mãe de seus filhos, o que frequentemente resultava em situações de maus-tratos e negligência. Flor relatou agressões físicas, cárcere privado e privação de alimentos enquanto ela e os irmãos eram deixados sob os cuidados de madrastas, frequentemente abusivas, enquanto o pai trabalhava como ambulante na Feira da Rodoviária do Plano Piloto, Brasília, Distrito Federal.

As agressões cometidas por algumas madrastas se tornaram visíveis para os vizinhos, e quando o pai tomava conhecimento, partia para a violência contra elas; algumas vezes os próprios filhos se envolviam nas agressões contra essas mulheres.

Flor tentou se reconectar com a mãe, mas sua convivência foi marcada por breves e assistidas interações. A mãe costumava perambular nas redondezas da casa e assistia ao desenvolvimento dos filhos à distância, sendo constantemente ameaçada pelo ex-companheiro.

Exposta a relacionamentos abusivos desde a infância, Flor vivenciou um impacto significativo que ecoou em sua adolescência, levando-a a comportamentos autodestrutivos, como o uso de drogas e envolvimento em relacionamentos conflituosos.

A instabilidade culminou quando engravidou aos 15 anos. O pai exigiu um aborto, e ao recusar, foi expulsa de casa. Essa expulsão marcou o início de uma jornada marcada por rejeição e violência em relacionamentos subsequentes. Seu segundo relacionamento foi especialmente abusivo, caracterizado por violência psicológica, moral e sexual, que resultaram em internações psiquiátricas.

Apesar das dificuldades, com o tempo, Flor conseguiu estabelecer novos relacionamentos que, embora conflitivos, a levaram a construir uma família numerosa, composta por quatro filhos biológicos e quatro filhos adotivos. Ela informou que formou laços genuínos com as crianças dos companheiros e atualmente está em uma relação que parece estável. Todos os seus filhos – biológicos e adotivos – mantêm contato entre si, de acordo com seu relato, promovendo um ambiente familiar de interação, apesar dos desafios enfrentados no passado. Atualmente, a filha mais velha de Flor e o filho do seu último companheiro encontram-se casados, simbolizando um ciclo de continuidade nas histórias de suas famílias.

A trajetória de Flor não apenas destaca as questões potencialmente ligadas à transgeracionalidade, mas também evidencia a capacidade humana de reconstruir e ressignificar a história familiar e compartilhar, de forma aberta, suas vivências do passado.

Para construir uma análise detalhada e científica do genograma de Flor, explorou-se cada relação e elemento gráfico que compõe esse mapa familiar. O genograma é uma ferramenta útil para compreender padrões e dinâmicas familiares, sendo particularmente significativa para identificação de ciclos transgeracionais de trauma e violência. Cada linha, símbolo e cor presente no genograma possui um significado específico, representando as complexas interações e os traços de abuso que atravessam diferentes gerações.

5.2 Estrutura Familiar e Símbolos Básicos

No centro do genograma, encontramos Flor, representada por um círculo com o seu nome. A representação de Flor com um círculo indica que se trata de uma mulher, enquanto outros membros da família são identificados com círculos (para mulheres) e quadrados (para homens). Há também a presença de símbolos que indicam pessoas falecidas (+ para homens falecidos e + para mulheres falecidas), o que é crucial para entender a história familiar e a influência de membros que já partiram, mas cujos legados emocionais e de comportamento podem ainda impactar os descendentes.

Flor é conectada a diversos membros familiares através de linhas que representam suas relações e dinâmicas com essas pessoas. Cada cor e tipo de linha no genograma está associada a uma natureza específica de relacionamento, conforme descrito na legenda da figura 1, permitindo uma visão clara das influências e dos padrões disfuncionais que se repetem.

5.3 Agressões Físicas e Verbais

O genograma de Flor exhibe também relações marcadas por agressões físicas (linhas roxas) e agressões verbais (linha ondulada em azul). Essas indicações de violência física e verbal sugerem um ambiente de hostilidade e intimidação. A exposição a esse tipo de abuso pode levar a graves consequências psicológicas, como desenvolvimento de ansiedade, depressão, e dificuldades em estabelecer relações saudáveis. Esses traços estão associados à perpetuação do ciclo de violência, no qual as vítimas, ao não conseguirem romper o padrão, acabam repetindo os comportamentos abusivos em relacionamentos futuros (Mcgoldrick; Gerson, 1995).

Flor, ao apresentar múltiplas conexões de agressões verbais e físicas com membros de sua família, demonstra um padrão de abuso contínuo. Isso reforça a necessidade de uma análise detalhada sobre como essas relações influenciam diretamente sua saúde mental e

emocional, além de contribuir para a formação de uma estrutura familiar onde o abuso é naturalizado.

5.4 Relações Abusivas

A presença de relações abusivas com violência (linhas vermelhas). Essa linha indicam que, além do abuso físico e verbal, Flor também vivenciou situações de abuso e de dinâmicas que podem ter sido invasivas ou traumatizantes. A exposição a esses comportamentos desde a infância ou adolescência, molda a percepção do indivíduo sobre o que é aceitável em um relacionamento, levando, muitas vezes, a escolhas que perpetuam o abuso na vida adulta (Carter; Mcgoldrick, 2001).

No caso de Flor, as tentativas de abuso e as relações abusivas com violência configuram uma história de traumas complexos, que podem ter impactado seu desenvolvimento psicológico e sua capacidade de estabelecer limites. A repetição dessas dinâmicas podem gerar nas vítimas transtornos como o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) ou Transtorno de Personalidade Borderline (TPB), que acabam por ser tornarem comuns em pessoas expostas a múltiplos traumas.

5.5 Relações Distantes e Não Convivência

Algumas linhas do genograma indicam relações mais afastadas (linhas tracejadas azuis) e a ausência de convivência (linhas onduladas laranjas). Essas relações, embora não tenham o mesmo impacto direto das relações abusivas, representam uma quebra nos laços familiares. A falta de convivência pode resultar em um sentimento de abandono e de isolamento emocional. Em muitos casos, essas relações distantes são uma forma de autoproteção ou de afastamento, onde os membros da família tentam evitar o contato com indivíduos abusivos.

Para Flor, essas linhas sugerem que houve tentativas de se afastar de algumas figuras abusivas, mas, ao mesmo tempo, indicam uma carência de apoio familiar, pois relações positivas e de apoio parecem escassas em seu núcleo familiar.

5.6 Relações com Filhos e Adoção

Flor tem filhos biológicos e adotivos, que estão representados com quadrados azuis para os filhos adotivos com as iniciais FC, e filhos biológicos com quadrados sem cor, mas

com a letra F. Esse aspecto do genograma é significativo, pois demonstra uma tentativa de Flor de criar um novo tipo de relação familiar, dissociada das dinâmicas abusivas que ela experienciou. A adoção pode ser vista como uma forma de romper o ciclo de violência e abandono, criando uma oportunidade para estabelecer vínculos afetivos saudáveis.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa sobre a violência contra mulheres, com foco na transgeracionalidade, foi realizada por meio da entrevista semiestruturada, permitindo uma compreensão aprofundada das experiências vividas por Flor. Os dados coletados não apenas revelam os impactos diretos da violência em sua vida, mas também evidenciam como esses traumas se manifestaram e se perpetuaram ao longo das gerações, formando um padrão contínuo de sofrimento e resistência. Assim, as narrativas de Flor ilustram a complexidade do fenômeno da violência, revelando a necessidade de abordagens que considerem sua dimensão histórica e social.

Flor, atualmente com 45 anos, compartilhou uma trajetória marcada por experiências de violência doméstica, abusos e desafios familiares. Desde a infância, quando foi vítima de violência sexual, até a formação de sua própria família, suas narrativas refletem uma luta constante contra a opressão e a busca por um ambiente seguro para seus filhos. Ao refletir sobre suas vivências, torna-se evidente a intersecção entre sua experiência pessoal e os padrões de violência que permeiam suas relações familiares, revelando como o histórico de traumas continua a influenciar novas gerações. Essa continuidade é um aspecto crucial a ser considerado nas intervenções e políticas voltadas para o enfrentamento da violência de gênero.

O relato de Flor enfatiza a importância de reconhecer e validar as experiências das mulheres que enfrentam a violência. As informações obtidas possibilitam entender não apenas os mecanismos de controle e abuso, mas também as estratégias de enfrentamento e resiliência que essas mulheres desenvolvem ao longo de suas vidas. A análise dos resultados indica a necessidade de intervenções que considerem a complexidade dos fatores sociais, emocionais e psicológicos envolvidos na perpetuação da violência contra a mulher e sua transmissão intergeracional. É fundamental que as abordagens de apoio reconheçam a diversidade de experiências, permitindo que as vítimas sejam ouvidas e valorizadas em seus processos de recuperação.

Além disso, a condição do autismo, frequentemente caracterizada por desafios na comunicação, interação social e processamento sensorial, pode impactar significativamente a forma como uma pessoa vivencia e responde a situações de violência. No caso de Flor, a expectativa de que ela enfrentaria um cenário de violência e opressão não é surpreendente, dada a configuração familiar e social em que cresceu. As dificuldades associadas ao autismo podem amplificar sua vulnerabilidade, tornando-a mais suscetível a abusos e dificultando sua capacidade de buscar ajuda ou proteção. A falta de compreensão e apoio tanto do ambiente familiar quanto da sociedade pode agravar essa situação, perpetuando ciclos de violência que se estendem por gerações. Assim, é crucial considerar essas especificidades ao analisar a experiência de mulheres autistas em contextos de violência, pois elas merecem um suporte que reconheça suas particularidades e a complexidade de suas vivências.

6.1 Família

A situação familiar de Flor reflete diretamente os padrões de violência e opressão que a acompanharam desde a infância, intensificados por sua condição de autismo. Em um ambiente marcado por dinâmicas abusivas, a falta de suporte emocional e de compreensão adequada agrava os desafios que enfrenta, dificultando seu desenvolvimento e a formação de vínculos saudáveis. As interações familiares, muitas vezes repletas de conflitos e agressões, moldam a percepção de Flor sobre relacionamentos e segurança, contribuindo para a perpetuação de padrões de violência em sua própria família. Dessa forma, a análise de sua experiência não apenas revela os traumas pessoais, mas também ilustra como o contexto familiar e a ausência de um ambiente seguro e acolhedor influenciam negativamente a saúde emocional e o bem-estar de mulheres autistas, perpetuando ciclos de sofrimento que podem impactar futuras gerações.

Flor compartilha, em um trecho de sua entrevista, as dificuldades enfrentadas por sua família ao longo das gerações:

"Minha mãe foi abandonada e enfrentou abuso e traição. Eu passei por relacionamentos abusivos que afetaram minha vida e a de meus filhos. Quando não aceitei a violência que vivi, decidi criar meus filhos de forma diferente" (Flor, 2024).

Essa fala revela uma experiência transgeracional de violência conjugal, evidenciando como os padrões abusivos presentes na geração anterior impactaram suas próprias relações. O abandono e abuso que sua mãe enfrentou se refletem em seus relacionamentos abusivos, afetando também a vida de seus filhos. Essa situação ilustra o que Colossi, Marasca e Falcke (2015) descrevem como a perpetuação de comportamentos violentos de geração em geração, reforçando a ideia de que as vivências da família de origem influenciam diretamente as

relações futuras. A decisão de Flor de criar seus filhos de forma diferente demonstra uma tentativa consciente de romper esse ciclo, alinhando-se ao conceito discutido por Carter e McGoldrick (2001), segundo o qual o reconhecimento dos padrões familiares pode ser o primeiro passo para a mudança e para o desenvolvimento de relações mais saudáveis. Portanto, o relato de Flor não apenas expõe as feridas do passado, mas também simboliza a esperança e a possibilidade de transformação para as futuras gerações.

Na escrita acadêmica, elementos fundamentais são formalizados para compreender os fatores que contribuem para a continuidade ou ruptura dos ciclos de violência. Gomes et al. (2012) destacam aspectos essenciais que facilitam o reconhecimento da violência conjugal, como a percepção da gravidade do abuso e o suporte social, os quais podem ser decisivos para que indivíduos como Flor decidam mudar suas realidades. Cervený e Berthoud (2009) observam que, apesar das transformações na estrutura familiar, determinados padrões comportamentais persistem, ressaltando assim a complexidade do contexto em que Flor está inserida. Nesse sentido, Jordan et al. (1991) argumentam que relações de apoio são cruciais para o crescimento pessoal e a superação de adversidades. Além disso, Madalena, Carvalho e Falcke (2018) enfatizam o poder preditivo das experiências na família de origem sobre o comportamento na vida adulta, indicando que romper com o ciclo de violência exige não apenas consciência, mas também um apoio efetivo e intervenções adequadas.

A desintegração familiar se torna ainda mais evidente na fala de Flor: "Eu não queria ela aqui, eu odiava minha mãe demais" (Flor, 2024). Esse profundo sentimento de ressentimento não só demonstra o impacto da violência externa, mas também revela como ela pode corroer laços fundamentais, como a relação entre mãe e filho. A aversão à figura materna, frequentemente vista como uma possível protetora, sinaliza um colapso das expectativas de cuidado e segurança que a família deveria oferecer. Nesse contexto, o rompimento emocional dentro da estrutura familiar se torna um dos aspectos mais corrosivos, pois reflete não apenas o sofrimento pessoal de Flor, mas também a perda de apoio e solidariedade em um ambiente que deveria ser um refúgio seguro. Além disso, a declaração de Flor para a mãe:

"Falei, não criou a gente, perdeu a gente na justiça, não sei pelo quê... você não vai fazer comigo o que meu pai fez com você" (Flor, 2024)

Expressa o ressentimento profundo de Flor em relação à figura materna, que ela considera como uma das responsáveis pelos abusos que viveu. Essa fala revela um trauma geracional, em que o sentimento de abandono e a negligência da mãe não só deixaram feridas emocionais profundas, mas também geraram um padrão de desconfiança e distanciamento. O

rompimento com a mãe não é apenas uma questão de afastamento físico, mas um reflexo de um processo de disfunção emocional, no qual as promessas de proteção e carinho familiar foram rompidas por atitudes que perpetuaram o sofrimento. Nesse sentido, a violência não apenas destrói a confiança nos outros, mas também abala a própria identidade e os sentimentos de pertencimento dentro do núcleo familiar, tornando ainda mais difícil o processo de resignificação das relações.

A fala de Flor também evidencia o papel do judiciário e de outras instituições no processo de reconstrução familiar. A menção à perda da guarda materna e à possibilidade de não repetir os erros do passado, sinaliza a busca por autonomia e a tentativa de recuperar o controle sobre sua vida e sobre o cuidado de seus filhos. No entanto, é importante considerar que os direitos das mulheres frente ao judiciário e instituições mudaram muito nos últimos anos. Até meados dos anos 2000 as mulheres eram facilmente acusadas de forma moral e injusta e por muito tempo perdeu o requisito do pátrio poder, que se referia ao poder do pai. Somente em 2009 alterou-se, no Estatuto da Criança e do Adolescente, a noção de pátrio poder para poder familiar, alterando o entendimento jurídico sobre a matéria de litígios e guarda. Não conhece-se o processo judicial da entrevista para compreender os fatores que contribuíram para a decisão judicial de perda da guarda materna.

Por fim, a decisão de Flor de criar seus filhos de forma diferente, superando a violência que marcou sua própria história, se alinha ao conceito de resiliência familiar discutido por Minuchin (1990), que enfatiza a importância da adaptação e da reconstrução dos vínculos familiares após a vivência de traumas. A capacidade de Flor de intencionalmente transformar sua experiência de dor em uma oportunidade de oferecer aos filhos um ambiente mais seguro e amoroso representa uma estratégia que pode ser eficaz para quebrar o ciclo de violência, criando uma nova narrativa para a próxima geração. Esse movimento de mudança, embora desafiador, oferece um caminho de esperança para outras mulheres que buscam romper com os padrões abusivos e estabelecer um futuro diferente para si e para suas famílias.

6.2 Violência

Outro trecho marcante do relato de Flor aborda a violência sexual e emocional vivida na infância, que a motivou a se engajar em iniciativas de apoio a mulheres. Ela afirma:

"Desde a infância, enfrentei violência sexual e emocional, e isso me motivou a ajudar outras mulheres" (Flor, 2024).

Essa fala evidencia a relação direta entre as experiências de violência na infância e sua determinação em atuar como agente de mudança. O relato de abusos sexuais e emocionais desde a infância reflete a continuidade dos traumas ao longo do ciclo de vida, destacando como eventos traumáticos impactam as relações e comportamentos futuros. No entanto, Flor transforma suas experiências em uma força positiva, canalizando sua dor para ajudar outras mulheres, rompendo, assim, com o ciclo de vitimização e adotando um papel proativo.

A trajetória de Flor pode se configurar como uma postura de resiliência diante da violência transgeracional. Colossi, Marasca e Falcke (2015) ressaltam a influência das vivências na família de origem sobre comportamentos futuros, reforçando essa ideia. Gomes et al. (2012) também sublinham a importância do reconhecimento da violência e do suporte social para a superação de traumas—elementos que Flor parece ter internalizado e aplicado em sua decisão de ajudar outras mulheres. A literatura aponta que a construção de relações de apoio e a busca por conexões positivas, como discutido por Jordan et al. (1991), são fundamentais para que vítimas de abuso possam transformar suas experiências dolorosas em ações que beneficiem a comunidade e promovam mudanças sociais.

Diante do exposto, essa fala não apenas evidencia as consequências da violência, mas também reflete uma postura de enfrentamento ativa na busca por justiça e inclusão. Nesse contexto, Jordan et al. (1991) enfatizam a importância de redes de suporte mútuo para o crescimento e a superação de traumas. Essas conexões possibilitam que as mulheres transformem suas experiências traumáticas em fontes de força e ação coletiva, fortalecendo laços de solidariedade. A busca de Flor por apoiar outras mulheres exemplifica essa dinâmica de crescimento e conexão, criando redes de luta frente às vulnerabilidades enfrentadas por muitas.

O relato de Flor, ao descrever um episódio brutal de violência física onde seu pai bate em sua madrasta após saber que a mesma mantinha as crianças presas em um quarto, ilustra claramente a dinâmica de poder e controle presente em muitos relacionamentos abusivos. Ao afirmar:

"Aí ele falou, te avisei, não avisei? Pegou pelos cabelos, arrastou ela... e começou a socar ela muito" (Flor, 2024)

Flor expõe a violência física como uma ferramenta utilizada para reforçar a dominação sobre a vítima. Essa prática está inserida em um ciclo intergeracional, onde a violência conjugal se estabelece em padrões transgeracionais. Segundo Carter e McGoldrick (2001), esses padrões refletem o aprendizado e a internalização de comportamentos abusivos dentro do ambiente familiar. Paixão et al. (2015) corroboram essa visão, discutindo que a

intergeracionalidade da violência conjugal implica na reprodução de atitudes violentas, uma vez que as crianças expostas a essas situações tendem a replicar esses comportamentos em suas próprias relações, perpetuando o ciclo de violência.

A perpetuação desse ciclo de violência é discutida por Razera, Bossetto e Falcke (2014), que analisam como a exposição à violência doméstica na infância contribui para a continuidade dessas práticas abusivas nas gerações seguintes. A pesquisa de Proseneewicz e Madeira (2021) reforçam a ideia de que as representações sociais de violência doméstica e familiar são moldadas pela vivência de experiências abusivas, refletindo-se em comportamentos futuros. Assim, as crianças que testemunham agressões frequentemente aprendem que a violência é uma forma aceitável de resolver conflitos, internalizando esses valores distorcidos e aplicando-os em seus relacionamentos futuros (Sant'Anna & Penso, 2017). Dessa forma, a fala de Flor, juntamente com os estudos citados, revela a complexidade do fenômeno da violência conjugal, que ultrapassa episódios isolados e envolve um contexto mais amplo de reprodução de padrões de poder e submissão ao longo das gerações.

Neste contexto, a descrição do episódio de violência física entre o pai e a madrasta, evidencia a dinâmica de poder e controle imposta pelo agressor, que utiliza a força como meio de submissão e dominação. Essa situação insere-se em um panorama mais amplo de violência conjugal, frequentemente perpetuado de forma transgeracional, onde os comportamentos abusivos são aprendidos e normalizados dentro do ambiente familiar. Ao relatar a brutalidade da agressão, Flor evidencia o impacto profundo que essa violência exerce sobre a vítima, submetendo-a a uma situação de total vulnerabilidade e medo. Assim, a violência física, neste cenário, transcende a agressão corporal e se revela como um mecanismo de coerção emocional e psicológica, com efeitos devastadores.

Na literatura acadêmica, a violência conjugal é amplamente reconhecida como um fenômeno que tende a se perpetuar ao longo das gerações, muito em função do aprendizado de comportamentos violentos durante a infância. Colossi, Marasca e Falcke (2015) enfatizam o papel das experiências na família de origem na formação dos padrões de relacionamento, sugerindo que as crianças que testemunham episódios de abuso podem acabar replicando esses comportamentos em suas próprias relações. Nesse sentido, romper esse ciclo de violência torna-se um desafio significativo, exigindo não apenas a proteção imediata das vítimas, mas também a implementação de estratégias de apoio e reeducação para os agressores. O episódio narrado por Flor exemplifica de maneira contundente a necessidade de intervenções que promovam a ruptura desses padrões abusivos e fomentem a construção de relações mais saudáveis e igualitárias.

Adicionalmente, o impacto direto da violência na vítima e nas crianças é evidente. Flor ilustra essa realidade ao mencionar:

"A neném ficou em cima da cama chorando enquanto ele batia nela, mas ele não bateu na criança não" (Flor, 2024).

Embora a criança não tenha sido fisicamente agredida nesse momento, o trauma emocional e psicológico gerado pela violência no ambiente doméstico pode resultar em consequências devastadoras a longo prazo. Portanto, é fundamental que a proteção e o bem-estar das crianças sejam considerados em qualquer estratégia de enfrentamento à violência contra a mulher.

Colossi, Marasca e Falcke (2015) discutem, ainda, os efeitos da violência conjugal sobre as crianças, destacando que a exposição a esses episódios pode levar à internalização de padrões abusivos, contribuindo para a perpetuação do ciclo de violência nas gerações subsequentes. Mesmo que a criança não seja a vítima direta da agressão física, o ambiente permeado por medo e insegurança afeta profundamente seu bem-estar, exigindo atenção e suporte adequados. A fala de Flor reforça, assim, a necessidade de políticas públicas que reconheçam as crianças como parte integral das vítimas da violência doméstica, promovendo intervenções voltadas para minimizar os efeitos desse contexto traumático. Tal abordagem contribui de forma significativa para a quebra do ciclo intergeracional de violência.

A imposição de normas de gênero rígidas torna-se evidente nas falas de Flor, como no trecho em que relata:

"Aí ele disse assim, pra mim: Nunca mais senta no meu colo. Menina, não senta no colo de homem nenhum" (Flor, 2024).

Essa declaração ilustra não apenas o controle comportamental imposto às mulheres, mas também como, especialmente no contexto familiar, as normas patriarcais moldam as relações interpessoais. Segundo Carter e McGoldrick (2001), essas imposições transgeracionais reforçam dinâmicas de poder e submissão, perpetuando desigualdades que impactam diretamente a autonomia feminina. Flor reflete sobre essa opressão ao afirmar:

"Quando eu tinha 12 anos, pensei assim, eu tenho que fazer alguma coisa, eu tenho que imitar alguém que seja muito má. Porque eu vou apanhar aqui não" (Flor, 2024).

Além disso, essa perspectiva expõe o impacto profundo da violência familiar no desenvolvimento psicológico da criança, que, diante da constante ameaça, sente-se compelida a adotar comportamentos agressivos como forma de autodefesa. A internalização da violência como estratégia de sobrevivência ressalta um ambiente de hostilidade, onde a criança se vê sem alternativas, resultando em uma replicação da crueldade que vivencia. Esse processo não apenas compromete o desenvolvimento saudável da identidade, mas também molda

comportamentos futuros, perpetuando ciclos de violência e isolamento emocional. Assim, a narrativa de Flor serve como um alerta sobre as consequências a longo prazo das normas de gênero rígidas e da violência familiar, enfatizando a urgência de intervenções que promovam a igualdade e a proteção das crianças em situações de vulnerabilidade.

A fala de Flor ilustra a imposição de normas de comportamento fundamentadas no medo e na necessidade de autodefesa, especialmente em um ambiente doméstico permeado pela violência e opressão. Ao mencionar que sentiu a necessidade de "imitar alguém que seja muito má" para evitar ser agredida, Flor revela como a violência familiar transforma a infância em um campo de batalha emocional e psicológico. Nesse cenário, onde a proteção e o cuidado são substituídos pela luta pela sobrevivência, os efeitos da perpetuação transgeracional da violência tornam-se evidentes. Conforme destacado por Carter e McGoldrick (2001), os padrões de comportamento abusivo são transmitidos de uma geração para outra, moldando não apenas as relações familiares, mas também a maneira como seus membros percebem e reagem ao mundo ao seu redor.

Ademais, o relato de Flor exemplifica como um ambiente familiar disfuncional influencia negativamente o desenvolvimento psicológico das crianças, levando-as a internalizar a violência como a única resposta viável diante do risco constante. Essa necessidade de adotar comportamentos agressivos, a fim de evitar abusos, aponta para um processo de construção identitária caracterizado por hostilidade e desconfiança. Colossi, Marasca e Falcke (2015) ressaltam que o ciclo de violência vivenciado na família de origem possui consequências duradouras na vida dos indivíduos, comprometendo suas habilidades de formar relações saudáveis e aumentando a probabilidade de replicar esses padrões de abuso em suas próprias interações no futuro. Essa realidade ressalta a urgência de intervenções eficazes para romper esse ciclo, promovendo um ambiente que favoreça o desenvolvimento saudável e a construção de uma identidade fundamentada em respeito e segurança.

De acordo com Colossi, Marasca e Falcke (2015), a violência vivenciada na família de origem influencia diretamente a construção da identidade e a maneira como o indivíduo se relaciona com o mundo. O conceito de transgeracionalidade da violência explica como a exposição contínua a agressões leva as crianças a reproduzirem comportamentos violentos como mecanismo de defesa, seja dentro da própria família ou em contextos sociais mais amplos. Essa internalização de padrões violentos, frequentemente associada à falta de suporte emocional e psicológico, compromete o desenvolvimento de habilidades sociais e a capacidade de resolver conflitos pacificamente, criando uma predisposição à perpetuação desses comportamentos.

A adoção de comportamentos violentos como forma de autodefesa, conforme revelado pela fala de Flor, evidencia a ausência de redes de apoio e intervenções eficazes que poderiam ajudar a romper com o ciclo de violência. Muitas vezes, as vítimas de abuso se encontram cercadas por um ambiente hostil, onde a violência se torna uma estratégia de sobrevivência. Essa internalização da agressão como uma resposta adaptativa reflete a desesperança e a vulnerabilidade que caracterizam a experiência de quem vive sob constantes ameaças. Sem o suporte necessário, essas pessoas podem ser levadas a agir de maneira reativa, perpetuando a dinâmica de opressão e dificultando a construção de um futuro mais saudável e seguro.

A transformação da violência em performance social, como ilustrado pela fala de Flor:

"Eu comecei a dançar no meio da rua, eu dançava na rodoviária... Isso eu usava para disfarçar as estereotípias" (Flor, 2024).

Sugere uma tentativa de ressignificação da dor e do trauma. Nesse contexto, a dança emerge como uma forma de expressão de sua realidade e, simultaneamente, uma estratégia de fuga das agruras da vida cotidiana. No entanto, é importante destacar que ela ressignifica essa atitude como uma alternativa para mascarar o autismo, que só detectou tardiamente. De qualquer forma, a expressão livre da corporalidade é uma ferramenta estratégica para lidar com a violência e afirmar-se em um espaço social. Essa busca por visibilidade e aceitação atua como um mecanismo de *coping*,¹ onde o ato de dançar representa uma forma de resistência e liberdade em meio à opressão. Contudo, essa performance social evidencia a necessidade de um olhar atento para as condições que levam as vítimas a buscarem alternativas de expressão tão extremas, ressaltando a urgência de intervenções que promovam não apenas a proteção, mas também a valorização da vida e da dignidade humana.

Nesse sentido, o trecho revela como o indivíduo tenta ressignificar sua dor em uma busca por controle ou reconhecimento, mesmo que por meio de estratégias distorcidas. Os mecanismos de *coping* que emergem dessa luta, embora criativos, enfatizam a necessidade de intervenções que ofereçam alternativas saudáveis para a construção da identidade e a superação da violência familiar. A capacidade de transformar a dor em expressão artística, como a dança, ilustra a urgência de um suporte que valorize a saúde mental e o bem-estar emocional, permitindo que a vítima reconstrua sua autoestima e encontre novas formas de se relacionar com o mundo.

Além disso, a experiência de violência por parte de um de seus namorados se torna evidente na frase:

¹Lazarus e Folkman (1984) definem coping como as estratégias que as pessoas utilizam para se adaptar às circunstâncias adversas decorridas ao longo da vida.

"Ele apontou a arma na minha cabeça e a lágrima descia. Eu falei, agora tu atira, eu não tinha medo de morrer" (Flor, 2024).

Essa declaração reflete o estado emocional de uma pessoa que, após inúmeras experiências de violência, atinge um ponto de desapego à própria vida. A perda do medo da morte, frequentemente resultante da repetição de traumas e de uma história marcada por abusos, destaca a profundidade dos danos emocionais sofridos. A frase ilustra não apenas a violência física representada pela ameaça de uma arma, mas também a violência psicológica que, ao longo do tempo, desgasta a resiliência e a capacidade de autopreservação. Essa condição de desespero indica a necessidade de intervenções que abordem não só as feridas visíveis da violência, mas também os traumas invisíveis que assombram a psique da vítima.

Carter e McGoldrick (2001) explicam que situações extremas de violência, especialmente quando vivenciadas de forma recorrente ao longo do ciclo vital, podem desestruturar completamente as dinâmicas familiares e afetar as conexões emocionais com os membros da família. A exposição contínua a situações traumáticas, como a ameaça de morte, pode criar uma dessensibilização à dor e ao sofrimento, levando o indivíduo a lidar com essas experiências de maneira dissociada, sem a percepção de alternativas ou esperança de mudança. Além disso, a perda de laços afetivos com figuras parentais, muitas vezes considerada uma consequência direta dessas experiências, aprofunda o isolamento emocional e intensifica os conflitos internos.

A expressão que Flor usa enquanto tem uma arma apontada para sua cabeça "Eu não quero viver... não tenho vontade de viver" (Flor, 2024) revela a profundidade do impacto emocional causado pela violência. Esse desespero reflete não apenas um momento de crise, mas também os efeitos devastadores de anos de abuso contínuo. A luta interna de Flor evidencia como a violência, especialmente em suas formas repetitivas e sistemáticas, corrói a autoestima e a percepção de valor pessoal. Essa deterioração do eu leva à perda da esperança e à desconexão com a vida, criando um ciclo de dor que parece interminável. Nesse contexto, o reconhecimento da urgência de apoio psicológico e social torna-se essencial.

As intervenções psicossociais são fundamentais para ajudar a vítima a resgatar sua autonomia e encontrar sentido em sua existência. O suporte emocional representa um passo crucial na recuperação, oferecendo um espaço seguro onde as vítimas podem expressar seus sentimentos, reconstruir sua autoestima e desenvolver habilidades para lidar com as consequências da violência. Estudos, como os de Silva e Oliveira (2015), indicam que a falta de apoio e a invisibilidade das experiências vividas contribuem para a permanência do ciclo de violência. Portanto, a necessidade de estratégias de intervenção que promovam a saúde

mental e o empoderamento é urgente e vital, garantindo que indivíduos como Flor tenham a oportunidade de reescrever suas histórias e reconquistar suas vidas.

A análise das falas revela a complexidade do ciclo de violência transgeracional. Este fenômeno, discutido por Colossi e Falcke (2015), demonstra como padrões abusivos podem se perpetuar de uma geração para outra, criando um ciclo difícil de romper. Muitas vezes, as vítimas reproduzem comportamentos aprendidos em ambientes familiares disfuncionais, perpetuando a dor e a violência entre seus filhos. A determinação de Flor em proteger a filha ilustra um ponto crucial de resistência, onde a consciência dos efeitos do abuso impulsiona ações para interromper essa transmissão.

Outrossim, as consequências emocionais do abuso são profundas e duradouras. A expressão de desespero e a falta de vontade de viver, observadas em várias falas, destacam a necessidade urgente de suporte psicológico. Gomes et al. (2012) sublinham a importância de intervenções terapêuticas para que as vítimas consigam processar suas experiências e iniciar um verdadeiro processo de cura. Sem esse suporte, os traumas podem se perpetuar, afetando negativamente a qualidade de vida e a capacidade de estabelecer relacionamentos saudáveis.

Apesar do imenso sofrimento enfrentado, as narrativas analisadas revelam uma notável resiliência e resistência das vítimas. A decisão de romper com os ciclos de abuso e a busca por novas formas de viver indicam uma vontade genuína de transformar suas histórias. Essa resiliência, conforme discutido por Carter e McGoldrick (2001), pode resultar na reconstrução da identidade a partir das experiências traumáticas, criando espaço para novas possibilidades de vida. Nesse contexto, as dinâmicas familiares, especialmente as relações entre pais e filhos, desempenham um papel crucial, uma vez que a desigualdade nessas relações pode intensificar os traumas vividos, como observa Minuchin (1990).

Além disso, a necessidade de apoio comunitário e institucional se torna evidente nas narrativas que mencionam a inclusão em comunidades religiosas e iniciativas de auxílio. A busca por suporte externo é fundamental para a superação dos traumas, embora a eficácia das respostas institucionais ainda enfrente desafios. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340) representa um avanço significativo na proteção das mulheres, mas a implementação de políticas públicas eficazes e um suporte contínuo são essenciais, especialmente em contextos de violência estrutural e familiar. Assim, a transformação das histórias de vida das mulheres vítimas de violência requer não apenas o reconhecimento do problema, mas também um compromisso coletivo em proporcionar ambientes mais seguros e acolhedores.

A discussão sobre a violência contra mulheres, particularmente no contexto da transgeracionalidade, evidencia a complexidade das dinâmicas familiares e a urgência de

intervenções eficazes. As narrativas revelam não apenas o sofrimento causado pela violência, mas também a resiliência das vítimas, que, mesmo diante de experiências traumáticas, lutam para romper ciclos de abuso e construir novas histórias. Essa busca por proteção e superação destaca a importância de um suporte psicológico adequado, permitindo que as vítimas processem seus traumas e desenvolvam estratégias de enfrentamento.

Nesse sentido, as relações familiares e a influência das normas de gênero desempenham um papel significativo na perpetuação ou ruptura da violência. Portanto, é essencial ter um olhar atento às desigualdades nas dinâmicas de poder dentro das famílias, a fim de construir ambientes mais saudáveis e seguros. Embora políticas públicas, como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340), representem passos importantes, sua efetividade depende de um compromisso coletivo em promover mudanças estruturais que garantam a segurança e o bem-estar das mulheres.

Consequentemente, a construção de comunidades inclusivas e de apoio é fundamental para a recuperação das vítimas de violência. Ao fomentar ambientes acolhedores e solidários, é possível não apenas auxiliar na recuperação individual, mas também transformar a percepção social sobre a violência de gênero. A luta contra a violência não se restringe à proteção legal; trata-se de um esforço contínuo para criar uma sociedade mais justa, onde todos possam viver livres de medo e violência.

6.3 Ruptura

As palavras de Flor, ao expressar sua rejeição em relação à mãe, revelam um profundo reflexo das dinâmicas de violência transgeracional que permeiam sua vida. Gomes et al. (2012) enfatizam que a falta de reconhecimento dos sinais de agravo na dinâmica familiar pode dificultar a compreensão do impacto da violência. Nesse cenário, a declaração de Flor de que "não queria ela aqui" não indica apenas um rompimento emocional, mas também a internalização de um ciclo de desconfiança e sentimento de abandono, característico de relações disfuncionais. Madalena, Carvalho e Falcke (2018) complementam essa análise ao destacar que as experiências na família de origem moldam características patológicas da personalidade, predispondo os indivíduos a repetir esses padrões em suas próprias relações. Assim, a fala de Flor não só ilustra sua dor e rejeição em relação à figura materna, mas também serve como um testemunho do colapso das expectativas de proteção e cuidado que deveriam existir em um ambiente familiar. Essa situação evidencia a urgência de intervenções que abordem esses traumas e promovam novos modelos de convivência, essenciais para a construção de um futuro mais saudável e seguro.

Diante do exposto, é evidente a necessidade de uma decisão firme para romper com o ciclo de violência intergeracional. A resistência de Flor em permitir que seus filhos enfrentem as mesmas experiências que ela vivenciou reflete um profundo desejo de proteção e transformação, evidenciando sua luta interna para garantir um futuro diferente e mais seguro. Nesse sentido, a determinação de protegê-los se configura como um ato de resistência contra a repetição de traumas familiares, sublinhando a importância de quebrar ciclos de violência que se perpetuam ao longo das gerações.

Flor relata:

“Tentei fazer de tudo para não dar bagunça na vida dos meus filhos, que deu na minha” (Flor,2024).

Nesse contexto, os autores Carter e McGoldrick (2001) exploram a busca dos indivíduos por reconstruir suas identidades ao longo do ciclo vital, especialmente em situações de adversidade relacionadas a dinâmicas familiares abusivas. O reconhecimento dos erros do passado, tal como evidenciado na fala de Flor, aponta para uma busca por novos significados e a tentativa de criar uma realidade diferente para as gerações futuras. Este processo, apesar de doloroso, é fundamental para promover transformações significativas nos relacionamentos familiares, evitando a transmissão de padrões abusivos aos filhos.

Além disso, os relatos ressaltam a importância de abordar a violência contra a mulher de forma sistêmica e intergeracional. O reconhecimento da transgeracionalidade da violência conjugal proporciona uma compreensão mais aprofundada dos fatores que perpetuam essas dinâmicas, abrindo, assim, caminhos para intervenções preventivas e educativas. Ao incentivar as mulheres a reconhecerem e romperem com os padrões de abuso, políticas públicas e programas sociais têm o potencial de criar um ambiente mais seguro para as futuras gerações.

6.4 Análise das Relações presentes no Genograma

A análise das relações presentes no genograma de Flor revela uma complexa rede de dinâmicas familiares, marcadas por padrões transgeracionais de trauma e abandono. Esses padrões refletem as adversidades enfrentadas pelas gerações anteriores e são um exemplo claro do conceito de transmissão intergeracional de traumas. Segundo Colossi, Marasca e Falcke (2015), às experiências de violência conjugal na família de origem tendem a estabelecer uma “herança” de sofrimento emocional, perpetuando ciclos de abuso e abandono. Na trajetória de Flor, é possível observar como essa “herança” impactou sua vida, dificultando

o estabelecimento de vínculos afetivos saudáveis e solidificando padrões disfuncionais que foram transmitidos ao longo de gerações.

A mãe de Flor, que também foi vítima de abandono e violência, representa a continuidade desses padrões familiares de negligência e maus-tratos. Essa repetição gera um ciclo de dor que afeta a capacidade dos membros da família de desenvolver relações de apoio e afeto. A literatura destaca que a violência doméstica, quando presente em múltiplas gerações, se torna uma espécie de “legado” que é transmitido de uma geração para a outra, afetando especialmente as mulheres. A Lei Maria da Penha (Brasil, 2006) e pesquisas como as de Silva e Oliveira (2015) chamam atenção para a importância de compreender esses padrões de violência e seus impactos nas mulheres, que são frequentemente as principais vítimas.

O genograma de Flor evidencia a violência intrafamiliar, vivida por ela desde a infância, refletida nos comportamentos abusivos na dinâmica familiar, tanto pelo pai quanto pelas madrastas. Essa violência se manifestou de forma física e emocional, gerando uma dinâmica de poder e controle que, de acordo com Gomes et al. (2012), é característica em relações abusivas. Essa estrutura de poder, exercida por figuras de autoridade, contribui para a perpetuação dos traumas, dificultando o desenvolvimento de uma autoestima saudável. Estudos como os de Sant’Anna e Penso (2017) indicam que os efeitos dessa violência não se limitam ao momento presente; eles se estendem ao longo da vida, afetando a maneira como a vítima se relaciona e se percebe.

Outro fator que adiciona complexidade à análise das relações familiares de Flor é o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), obtido na vida adulta. Estudos, como os de Jordan et al. (1991), sugerem que o TEA impacta a capacidade de comunicação e interação social, o que pode agravar os desafios em contextos familiares abusivos. No caso de Flor, as dificuldades de socialização podem ter tornado ainda mais difícil a interpretação das intenções alheias e a imposição de limites em relações abusivas. No entanto, o ativismo de Flor em prol da conscientização sobre o TEA mostra uma tentativa de ressignificar sua experiência de sofrimento em um espaço de luta e empoderamento, utilizando seu diagnóstico como uma ferramenta para construir uma identidade resiliente.

A trajetória de Flor também ilustra uma necessidade de reconstrução de uma nova família, com diferentes relacionamentos, filhos biológicos e adotivos. Mesmo após ser expulsa de casa e enfrentar adversidades, Flor relata que buscou criar um ambiente acolhedor e amoroso para seus filhos, rompendo, de alguma forma, com o ciclo de abandono e violência. Esse processo de ressignificação da dor, ao formar um novo ciclo de afeto e cuidado, é um

exemplo de como é possível transformar padrões traumáticos em relações saudáveis. Minuchin (1990) sugere que a estrutura familiar pode ser um fator crucial para o desenvolvimento emocional, e Flor informa que buscou estabelecer laços seguros com seus filhos.

Apesar de sua resiliência, os impactos dos relacionamentos abusivos na saúde mental de Flor são evidentes. As consequências dos episódios de violência física, psicológica e sexual, ao longo de sua vida, resultaram em internações psiquiátricas e sintomas associados a traumas complexos. Razera et al. (2014) defendem a psicoterapia focada no trauma como uma intervenção eficaz para ajudar vítimas de múltiplos abusos, promovendo a ressignificação e alívio dos sintomas, a terapia pode auxiliar no processo de cura e na construção de um senso de segurança em suas relações.

A história de Flor evidencia a transmissão transgeracional de violência, reforçando a importância de intervenções que visem interromper esses padrões. O genograma, como ferramenta terapêutica, ajuda a identificar as dinâmicas familiares disfuncionais, o que é crucial para o desenvolvimento de estratégias de intervenção adequadas. Segundo Carter e McGoldrick (2001), o genograma permite uma análise mais profunda das relações e padrões familiares, oferecendo insights para intervenções terapêuticas que possam romper o ciclo de abuso.

O caso de Flor ilustra também a importância do apoio especializado para o TEA, tanto para promover suas habilidades de comunicação quanto para ajudá-la a estabelecer relações familiares mais saudáveis. Essa assistência especializada é essencial para melhorar sua capacidade de interação e, ao mesmo tempo, proteger o ambiente familiar contra a repetição dos padrões de abuso. Ao proporcionar um suporte adequado para suas necessidades, é possível fortalecer o sistema familiar e garantir um espaço seguro para os filhos.

A pesquisa de Paixão et al. (2015) destaca que a intergeracionalidade da violência conjugal perpetua padrões comportamentais, influenciando diretamente as gerações seguintes. A análise do genograma e das relações de Flor reforça a ideia de que intervenções psicossociais são necessárias para interromper o ciclo de violência, envolvendo o indivíduo e a família como um todo. Isso é essencial para promover a conscientização e incentivar a mudança, de modo a construir relações mais saudáveis.

Flor representa um caso complexo de superação e resiliência diante de traumas severos e padrões transgeracionais de violência e abandono. Sua trajetória, embora marcada por adversidades, demonstra a possibilidade de reconstrução e de estabelecimento de novos caminhos afetivos, por meio de intervenções adequadas e de uma rede de apoio forte. O

genograma é uma ferramenta importante nesse processo, pois facilita a identificação dos padrões de abuso e abandono, orientando as práticas terapêuticas que visam à cura e prevenção da violência.

A história de Flor exemplifica como o trabalho com o genograma pode ser uma poderosa ferramenta de diagnóstico e intervenção, permitindo a análise profunda dos traumas familiares e promovendo a conscientização. Razera e Bossetto (2014) reforçam a necessidade de intervenções que abordem tanto os aspectos individuais quanto familiares, essenciais para interromper o ciclo de violência e trauma.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo principal investigar a violência doméstica sob a perspectiva transgeracional, utilizando o genograma familiar como ferramenta de análise das dinâmicas de violência em famílias. O estudo procurou entender como os padrões de abuso se perpetuam de geração em geração, afetando a vida de mulheres e suas relações familiares. Com base na análise dos dados coletados e nos objetivos propostos, pode-se afirmar que a pesquisa alcançou suas metas e forneceu uma visão detalhada sobre os mecanismos de perpetuação da violência doméstica e as possibilidades de rompimento desse ciclo.

Foi possível observar, ao longo da pesquisa, que a violência doméstica não é um fenômeno isolado, mas sim um padrão de comportamento que se transmite ao longo das gerações dentro das famílias. As histórias de violência e abuso familiar, como a testemunhada pela mulher pesquisada, demonstram que, em muitos casos, os traumas vividos na infância e adolescência influenciam diretamente as escolhas e comportamentos na vida adulta, perpetuando os ciclos de violência. A utilização do genograma familiar como ferramenta foi fundamental para visualizar estes padrões de maneira clara e objetiva, identificando as relações e eventos traumáticos que contribuem para a continuidade da violência.

Outro ponto relevante da pesquisa foi a análise do impacto dessas dinâmicas no processo de resignificação das relações familiares e no potencial de ruptura do ciclo de violência. Embora o contexto de violência possa ter um impacto profundo e duradouro na vida das mulheres, os dados indicam que é possível interromper esse ciclo por meio da conscientização dos padrões familiares, do apoio psicológico e da criação de novas formas de lidar com os conflitos familiares. A pesquisa mostrou que, ao reconhecer a violência como parte de uma dinâmica familiar e intergeracional, é possível desenvolver estratégias para enfrentar esse ciclo e buscar uma transformação no ambiente familiar.

A pesquisa também evidenciou que, embora os padrões de violência sejam difíceis de romper, a capacidade de resiliência e a busca por mudanças são fundamentais para que as mulheres possam quebrar esses ciclos. Muitas mulheres que vivenciam a violência doméstica buscam, de diversas maneiras, criar ambientes familiares diferentes para suas próprias famílias, com o objetivo de evitar a perpetuação dos traumas vividos. Esse processo de transformação requer um esforço significativo, mas é uma chave para interromper a transmissão da violência para as futuras gerações.

Com relação à pergunta central da pesquisa – Mulheres vítimas de violência doméstica, já vivenciaram violências anteriores na sua família nuclear? – os resultados indicam que a violência doméstica é, de fato, um ciclo transgeracional, mas que há possibilidades de intervenção e mudança. As mulheres que se tornam conscientes dos padrões familiares de violência podem tomar medidas para evitar que esses padrões se repitam, criando novas formas de relação e de convivência familiar. O rompimento do ciclo de violência depende de uma combinação de fatores, como a conscientização das vítimas sobre as dinâmicas de abuso, o apoio psicológico adequado e a mudança na forma de lidar com os conflitos.

Diante do exposto, o estudo demonstrou que, apesar das dificuldades em identificar e interromper os padrões de violência, há uma crescente capacidade de reconhecimento desses comportamentos, o que pode resultar em ações concretas para impedir que as gerações seguintes vivenciem as mesmas experiências traumáticas. É importante destacar que a intervenção no contexto familiar e a promoção de um ambiente de apoio emocional e psicológico são fundamentais para quebrar o ciclo de violência e para promover a cura das vítimas de abuso.

A pesquisa também ressaltou que, embora a violência doméstica tenha um forte caráter transgeracional, o papel das mulheres na construção de novas histórias familiares é determinante. O reconhecimento de seus próprios traumas e a busca por soluções alternativas para resolver os conflitos familiares são etapas cruciais para a mudança desse ciclo. O empoderamento feminino, nesse contexto, não significa apenas a capacidade de resistir, mas também a habilidade de criar novos modelos de convivência familiar, mais saudáveis e livres de violência.

Em relação à questão da generalização dos resultados, a pesquisa foi limitada pelo estudo de caso, o que restringe a possibilidade de aplicar as conclusões a um universo mais amplo de mulheres. No entanto, os padrões observados na pesquisa oferecem informações valiosas para a compreensão de como a violência doméstica se transmite entre gerações e

como pode ser combatida. A análise aprofundada de casos semelhantes, com a utilização de outras ferramentas de pesquisa, poderia ampliar a compreensão sobre as formas de intervenção mais eficazes.

Embora a pesquisa tenha atingido seus objetivos, ainda existem muitas questões que merecem investigação futura. O papel das políticas públicas, por exemplo, na interrupção do ciclo de violência, foi um aspecto pouco explorado e que poderia ser aprofundado em outros estudos. Além disso, é fundamental investigar como as intervenções sociais e o apoio institucional podem contribuir para a desconstrução desses padrões violentos nas famílias.

Portanto, a pesquisa reafirma que a violência doméstica é um fenômeno complexo, marcado por padrões de abuso que atravessam gerações e afetam profundamente as vítimas. No entanto, também é possível identificar caminhos para a ruptura desse ciclo, por meio da conscientização das mulheres sobre os padrões de violência, do fortalecimento de sua capacidade de resiliência e da oferta de apoio psicológico adequado. A interrupção da violência doméstica e a construção de novas formas de convivência familiar dependem de ações coordenadas que envolvem tanto o esforço individual das mulheres quanto o apoio da sociedade e do sistema de saúde. A continuidade dos estudos sobre esse tema é fundamental para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes no enfrentamento da violência doméstica e na promoção de ambientes familiares mais saudáveis.

8. REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023. ISSN 1983-7364.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. (Lei Maria da Penha).

CAMPOS, A. H.; CORRÊA, L. R.; SANTANA, C. F. S. P.; FERNANDEZ, A. P. O.; RAMOS, M. F. H. O relato de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão da literatura. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 10, p. 2525-3409, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/8534/7572>. Acesso em: 13 maio 2024.

BARDIN, L. M. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011. 229 p.

COLOSSI, P. M.; MARASCA, A. R.; FALCKE, D. De geração em geração: A violência conjugal e as experiências na família de origem. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 32, n. 4, p. 733-743, 2015.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. *A família ao longo do ciclo vital*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

CERVENY, R.; BERTHOUD, A. *A família brasileira: dinâmica e mudanças*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, N. P. et al. Violência conjugal: elementos que favorecem o reconhecimento do agravo. *Saúde em Debate*, v. 36, n. 95, p. 514-522, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/9LhJc4n8HhWd4HVtCmTVSvc/?lang=pt>. Epub 02 abr. 2013. ISSN 2358-2898. Acesso em: 13 maio 2024.

JORDAN, J. V.; KAPLAN, A. G.; MILLER, J. B.; STIVER, I. P.; SURREY, J. L. *Women's growth in connection: writings from the Stone Center*. New York: Guilford Press, 1991.

MADALENA, M.; CARVALHO, F. C.; FALCKE, D. Violência Conjugal: o poder preditivo das experiências na família de origem e das características patológicas da personalidade. *Revista Brasileira de Terapia Familiar*, v. 20, n. 2, p. 78-94, 2018.

MCGOLDRICK, M.; GERSON, R. *Genograms: Assessment and Intervention*. New York: Norton, 1995.

MINAYO, M. C. de S. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINUCHIN, Salvador. *Famílias: funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. 238 p.

PAIXÃO, G.; GOMES, N.; DINIZ, N.; LIRA, M.; CARVALHO, M.; SILVA, R. Mulheres vivenciando a intergeracionalidade da violência conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 31, n. 1, p. 87-96, 2015.

PROSENEWICZ, I.; MADEIRA, L. M. Violência doméstica e familiar: análise das representações sociais em Rondônia. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 15, n. 1, p. 22-39, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.31060/rbsp.2021.v15.n1.1139>. Acesso em: 13 maio 2024.

RAZERA, J.; BOSSETTO, C. M.; FALCKE, D. Violência doméstica e transgeracionalidade: um estudo de caso. *Psicologia em Estudo*, v. 19, n. 1, p. 91-101, 2014.

RAZERA, J.; BEDIM, L. M.; OLIVEIRA, E. L. D.; MOSMANN, C. P.; FALCKE, D. Experiências na família de origem e violência conjugal: análise do modelo diádico. *Revista Brasileira de Terapia Familiar*, v. 23, n. 1, p. 45-62, 2021.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SANT'ANNA, T. C.; PENSO, M. A. A transmissão geracional da violência da relação conjugal. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 37, n. 2, p. 438-449, 2017.

SENADO FEDERAL. Pesquisa DataSenado: violência doméstica e familiar contra a mulher. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv>. Acesso em: 13 maio 2024.

SILVA, L. E. L.; OLIVEIRA, M. L. C. Violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 11, p. 3523-3532, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152011.11302014>. Acesso em: 13 maio 2024.

WENDT, N. C.; CREPALDI, M. A. A utilização do Genograma como instrumento de coleta de dados na pesquisa qualitativa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 21, n. 2, p. 302-310, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722008000200016>. Acesso em: 13 maio 2024.

ANEXOS I - Formulário entrevista semiestruturada

Bloco 1 - Dados pessoais (identificação)

1. Nome:
2. Idade:
3. Sexo:
4. Escolaridade:
5. Profissão:

Bloco 2 - Família nuclear

1. Como é o ambiente da família nuclear?
2. Como ela enxerga a educação dada pelos pais?
3. Havia punições físicas?
4. Quanto tempo os pais foram ou são casados?
5. Como ela descreve/enxerga a relação dos pais?
6. Houve algum episódio de violência entre os pais?
7. Como funciona a dinâmica conjugal dos pais, há uma figura de maior poder ?

Bloco 3 - Relacionamento conjugal

1. Tempo de relacionamento?
2. Se há filhos fruto da relação, se sim quantos?
3. O filho(a) presenciou alguma briga ou episódio de agressão entre ela e o companheiro/ex- companheiro?
4. Como se conheceram?
5. Como foi o início do relacionamento?
6. Com quanto tempo de relacionamento começou os episódios de violência?
7. Que tipos de violência a participante sofre/sofreu do companheiro?